

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
*Suplentes:*  
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

**Atos Administrativos**

Tomada de Preço nº 005/2011	2
Resoluções de Afastamentos nº 442 a 449/2011	2
<b>Atos Legislativos</b>	
Autógrafo Projeto de Lei Complementar nº 014/2011	3
Autógrafo Projeto de Lei nº 026/2011	4
Autógrafo Projeto de Lei nº 039/2011	4
Projeto de Lei nº 043/2011	5
Resolução Legislativa nº 007/2011	5
Proposta de Moção de Aplausos nº 016/2011	6
Proposta de Moção de Pesar nº 017/2011	6
Ata da 2030ª Sessão Ordinária	6
Ata da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo	7

SUMÁRIO

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO  
 Diagramação

EXPEDIENTE

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DA PRESIDÊNCIA: TOMADA DE PREÇO**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL  
 EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 005/2011  
 COMUNICADO**

**PROCESSO:** 033/2011

**NATUREZA:** Tomada de Preço nº 005/2011

**OBJETO** : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática (microcomputadores padrão PC, impressoras matriciais, jato de tinta e laser, no-break, monitores, etc), bem como nos que, durante a vigência do contrato forem incorporados ao patrimônio desta Casa Legislativa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 109, §3º da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos demais licitantes que, no processo em epígrafe, as empresas **H.S.S COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 08.758.788/0001-01 e a empresa **SOLUÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA -ME**, CNPJ: 08.620.137/0001-50 interpôs recurso contra a decisão desta Comissão que as inabilitou. A empresa **M BARRETO DE ARAUJO ME**, CNPJ: 07.903.606/0001-86, interpôs recurso contra a decisão desta Comissão que habilitou a empresa **FLEX - SERVIÇOS LTDA - ME**, CNPJ: 08.683.289/0001-00, e a licitante **RIZOLMAR A. DE OLIVEIRA**, CNPJ: 07.872.397/0001-50, interpôs recurso contra a decisão desta Comissão que habilitou a empresa **M BARRETO DE ARAUJO ME**. Informamos que as licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 5

(cinco) dias úteis a contar da presente publicação.  
 Vistas dos autos franqueada aos interessados conforme art. 109, §5º da Lei 8.666/93.

Outras informações estão à disposição dos interessados em horário normal de expediente neste Poder Legislativo.

Boa Vista-RR, em 04 de julho de 2011.

**Giselma Tonelli**  
 Presidente/ CPL

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 442/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para as cidades de São Paulo - SP e Rio de Janeiro- RJ, no período de 06.07 a 19.07.2011, aonde o mesmo tratará de assuntos de interesse deste Gabinete Parlamentar, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 443/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do servidor **CLAUDIONOR CAVALCANTE DE ARAÚJO, ALE FG 15**, para as cidades de São Paulo - SP e Rio de Janeiro- RJ, no período de 06.07 a 19.07.2011, aonde o mesmo irá assessorar o deputado (Mecias de Jesus), em assuntos de interesse deste Gabinete Parlamentar, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 444/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do servidor **IVAL DIAS MOTA, ALE FG 15**, para a cidade de Manaus - AM, no período de 06.07 a 10.07.2011, aonde o mesmo irá tratar de assuntos de interesse deste Gabinete Parlamentar, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**R E S O L U Ç Ã O Nº 445/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **JENNIFFER SANTIAGO DO NASCIMENTO, FS-4**, para o município de São João da

Baliza, no período de 05.07 a 09.07.2011, aonde a mesma irá tratar de assuntos de interesse deste Gabinete Parlamentar, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### **R E S O L U Ç Ã O N º 446/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### **RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **DHIEGO COELHO FOGAÇA**, para as cidades de Joinville-SC e São Paulo -SP, no período de 09.07 a 19.07.2011, aonde o mesmo irá participar do VI CONGRESSUL- Congresso Sul Brasileiro de Conselheiros Tutelares e participar de Encontro com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de São Paulo, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### **R E S O L U Ç Ã O N º 447/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### **RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **JOSIANE SALETE DAUBERMANN, AP -8**, para a cidade de Joinville-SC, no período de 09.07 a 14.07.2011, aonde a mesma irá acompanhar o Deputado (Dhiego Coelho) no VI CONGRESSUL- Congresso Sul Brasileiro de Conselheiros Tutelares, com ônus para este Poder, no tocante a 04 (quatro) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### **R E S O L U Ç Ã O N º 448/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### **RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento da Excelentíssima Senhora Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**, para as cidades de Manaus – AM, São Paulo – SP e Fortaleza- CE, no período de 07.07 a 16.07.2011, aonde a mesma irá participar de reuniões nas Assembléias Legislativas dos referidos Estados, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

#### **R E S O L U Ç Ã O N º 449/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### **RESOLVE**

**AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **SÉRGIA VASCONCELOS DE MACEDO**, para as cidades de Manaus – AM,

São Paulo – SP e Fortaleza- CE, no período de 07.07 a 16.07.2011, aonde a mesma irá assessorar a deputada (Aurelina Medeiros), em reuniões nas Assembléias Legislativas dos referidos Estados, com ônus para este Poder, no tocante a 10 (dez) diárias.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

## **ATOS LEGISLATIVOS**

### **AUTÓGRAFOS- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 014/11**

**Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima.**

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

**Art. 1º** Os incisos X, XII e XIV do artigo 65, da Lei Complementar Estadual nº 003, de 07 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 65.** [...]

[...]

X – gratificação, em todos os casos de substituição cumulativa de atividades típicas de órgão de execução, por mais de 05 (cinco) dias úteis, no valor de até 10% (dez por cento) sobre seu subsídio, proporcionalmente ao número de dias acumulados, independentemente do número de substituições;

XI – [...]

XII – Procurador-Geral de Justiça, os Subprocuradores-Gerais, o Corregedor-Geral, o Ouvidor-Geral, o Secretário-Geral e os membros do Conselho Superior do Ministério Público perceberão pelo exercício de suas funções o percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre seu subsídio, não sendo possível perceber cumulativamente a gratificação prevista no inciso X;

XIII – [...]

XIV – o Procurador ou Promotor de Justiça designado para assessorar ou auxiliar Órgãos da Administração Superior do Ministério Público, bem como, integrar Centros de Apoio Operacional, de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Coordenadorias ou Grupos Especiais de Atuação instituídos pelo Colégio de Procuradores, perceberá pelo exercício de suas funções o percentual de 10% (dez por cento), não sendo possível perceber cumulativamente a gratificação prevista no inciso X.

**Art. 2º** Fica criado o §5º no artigo 65 da Lei Complementar nº 003/94, com a seguinte redação:

**Art. 65.** [...]

[...]

§5º Para fazer jus ao recebimento da gratificação prevista no inciso X, o membro do Ministério Público deverá ainda ter se manifestado nos feitos que deram entrada no referido órgão de execução, durante o período da sua substituição, sem prejuízo do atendimento de outras demandas.

**Art. 3º** As despesas resultantes da execução desta Lei Complementar correrão à conta dos recursos orçamentários do Ministério Público do Estado de Roraima.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2011.

**Dep. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Dep. JALSER RENIER**

**1º Secretário**

**Dep. REMÍDIO MONAI**

**2º Secretário**

**AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI**
**PROJETO DE LEI Nº 026/11**

**Altera dispositivos das Leis nº 392, de 14 de agosto de 2003, e 598, de 11 de junho de 2007, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** O quantitativo de vagas para o cargo de Médico, fixado no Anexo I, Tabela I, da Lei nº 598, de 11 de junho de 2007, passa a vigorar de acordo com o Anexo I, Tabela I, desta Lei, as quais serão preenchidas por candidatos aprovados no último concurso público para a Secretaria de Estado da Saúde, obedecida a ordem da lista de classificação, porém, remanescendo vagas, estas poderão ser preenchidas, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, por aqueles aprovados em processo seletivo, período em que o Poder Executivo é obrigado a realizar novo concurso público com a mesma finalidade.

**Art. 2º** Os quantitativos de vagas para os cargos de Assistente Social, Biólogo, Bioquímico, Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo e Químico, fixados no Anexo I, Tabela I, da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, passam a vigorar de acordo com o Anexo I, Tabela II, desta Lei, as quais serão preenchidas por candidatos aprovados no último concurso público para a Secretaria de Estado da Saúde, obedecida a ordem da lista de classificação, porém, remanescendo vagas, estas poderão ser preenchidas, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, por aqueles aprovados em processo seletivo, período em que o Poder Executivo é obrigado a realizar novo concurso público com a mesma finalidade.

**Art. 3º** Os quantitativos de vagas para os cargos de Técnico de Laboratório em Análise Clínica, Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia, fixados no Anexo I, Tabela II, da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, passam a vigorar de acordo com o Anexo I, Tabela III, desta Lei, as quais serão preenchidas por candidatos aprovados no último concurso público para a Secretaria de Estado da Saúde, obedecida a ordem da lista de classificação, porém, remanescendo vagas, estas poderão ser preenchidas, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, por aqueles aprovados em processo seletivo, período em que o Poder Executivo é obrigado a realizar novo concurso público com a mesma finalidade.

**Art. 4º** Os §§1º e 2º do artigo 6º da Lei nº 598, de 11 de junho de 2007, passam a vigorar com as seguintes redações:

**Art. 6º** [...]

§1º Para efeitos de remuneração da prestação de serviço em regime de plantão, fica estabelecido o valor correspondente ao percentual de 23% (vinte e três por cento) por plantão, calculado sobre o vencimento do cargo de médico 40 (quarenta) horas, constante do art. 4º desta Lei.

§2º Para efeito de remuneração da prestação de serviço em regime de plantão pelos servidores de Nível Superior, Nível Médio e Nível Básico, fica estabelecido o valor correspondente ao percentual de 23% (vinte e três por cento) por plantão, calculado sobre o vencimento bruto, estabelecido na Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003.

**Art. 5º** As despesas resultantes da aprovação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Saúde.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de maio de 2011.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 026/11**
**ANEXO I**
**QUADRO GERAL DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO RORAIMA**
**TABELA I**
**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CLASSE – PADRÃO – REFERÊNCIA  
GRUPO OCUPACIONAL – QUANTITATIVOS**

CARGO	CLASSE	PADRÃO/ REF. INICIAL	G.O.	QUANT.
Médico – 20 horas	I	12-B	SBE	50
	(...)		TCP	(...)
	(...)			(...)

Médico – 40 horas	I	17-B	SBE	216
	(...)		TCP	(...)
	(...)			(...)
Médico – 40 horas (DE)	I	17-B		140
	(...)			(...)
	(...)			(...)

**PROJETO DE LEI Nº 026/11**
**TABELA II**
**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CLASSE – PADRÃO – REFERÊNCIA  
GRUPO OCUPACIONAL – QUANTITATIVOS**

CARGO	CLASSE	PADRÃO/ REF. INICIAL	G.O.	QUANT.
Assistente Social	I	11-E	SBE	84
	II		TCP	51
	III			33
Biólogo	I	11-E	SBE	16
	II		TCP	09
	III			07
Bioquímico	I	11-E	SBE	74
	II		TCP	44
	III			30
Cirurgião Dentista	I	12-C	SBE	108
	II		TCP	64
	III			44
Enfermeiro	I	12-C	SBE	279
	II		TCP	167
	III			112
Farmacêutico	I	11-E	SBE	71
	II		TCP	42
	III			29
Fisioterapeuta	I	11-E	SBE	84
	II		TCP	50
	III			34
Fonoaudiólogo	I	11-E	SBE	24
	II		TCP	14
	III			10
Nutricionista	I	11-E	SBE	38
	II		TCP	23
	III			15
Psicólogo	I	11-E	SBE	59
	II		TCP	35
	III			24
Químico	I	11-E	TCP	12
	II		INF	07
	III			05

**PROJETO DE LEI Nº 026/11**
**TABELA III**
**CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CLASSE – PADRÃO – REFERÊNCIA  
GRUPO OCUPACIONAL – QUANTITATIVOS**

CARGO	CLASSE	PADRÃO/ REF. INICIAL	G.O.	QUANT.
Técnico em Enfermagem	I	6-F	SBE	659
	II			395
	III			264
Técnico de Laboratório em Análise Clínica	I	6-A	SBE	128
	II			76
	III			52
Técnico em Radiologia	I	6-A	SBE	58
	II			34
	III			24

**PROJETO DE LEI Nº 039/11.**

**Corrige em 5% (cinco por cento) os valores constantes dos anexos I a VII da Lei nº 153, de 01 de outubro de 1996, e suas alterações, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Roraima.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,**

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** Esta Lei altera os anexos I a VII da Lei nº 153/96, que dispõem sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado de Roraima, concedendo reajuste no percentual de 5% (cinco por cento) para todos os níveis das tabelas constantes dos referidos anexos.

**Art. 2º** As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários do Ministério Público do Estado de Roraima, fixados anualmente, conforme Legislação pertinente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2011.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 039/11.

## Anexo I

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	CARGO	QUANT.	VENCIMENTO INICIAL	TOTAL
MP/NS-1	ADMINISTRADOR	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	ANALISTA AMBIENTAL	2	5.062,64	10.125,28
MP/NS-1	ANALISTA DE BANCO DE DADOS	2	5.062,64	10.125,28
MP/NS-1	ANALISTA DE REDES	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	ANALISTA DE SISTEMAS	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	ANALISTA EM SAÚDE	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	ANALISTA JURIDICO	2	5.062,64	10.125,28
MP/NS-1	ARQUITETO	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	ASSISTENTE SOCIAL	3	5.062,64	15.187,92
MP/NS-1	BIBLIOTECONOMISTA	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	CONTADOR	5	5.062,64	25.313,20
MP/NS-1	ENGENHEIRO CIVIL	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	ESTATÍSTICO	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	MÉDICO	1	5.062,64	5.062,64
MP/NS-1	PEDAGOGO	2	5.062,64	10.125,28
MP/NS-1	PSICÓLOGO	2	5.062,64	10.125,28
<b>TOTAL</b>		<b>27</b>		<b>136.691,28</b>

## Anexo II

## CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	CARGO	QUANT.	VENCIMENTO INICIAL	TOTAL
MP/NM-1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	50	2.531,33	126.566,50
MP/NM-1	OFICIAL DE DILIGÊNCIA	14	2.531,33	35.438,62
MP/NM-1	OFICIAL DE PROMOTORIA	15	2.531,33	37.969,95
MP/NM-1	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	12	2.531,33	30.375,96
MP/NM-1	ATENDENTE (TELEFONISTA/RECEPCIONISTA)	14	2.531,33	35.438,62
MP/NM-1	OPERADOR DE SOM	2	2.531,33	5.062,66
<b>TOTAL</b>		<b>107</b>		<b>270.852,31</b>

## PROJETO DE LEI Nº 039/11.

## Anexo III

## CARGOS DE NÍVEL BÁSICO (AUXILIAR) DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	CARGO	QUANT.	VENCIMENTO INICIAL	TOTAL
MP/NB-1	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	10	1.449,00	14.490,00
MP/NB-1	MOTORISTA	20	1.449,00	28.980,00
MP/NB-2	AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA	30	1.012,53	30.375,90
<b>TOTAL</b>		<b>60</b>		<b>73.845,90</b>

## Anexo IV

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL DE VENCIMENTO														
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
MP/NS-1	Administrador, Analista Ambiental, Analista de Banco de Dados, Analista de Redes, Analista de Sistemas, Analista em Saúde, Analista Jurídico, Arquiteto, Assistente Social, Bibliotecarista, Contador, Engenheiro Civil, Estatístico, Médico, Pedagogo, Psicólogo	5.062,64	5.442,34	5.950,32	6.285,34	6.791,01	7.296,08	7.811,23	8.336,15	8.861,13	9.386,19	10.434,28	11.216,83	12.056,11	12.962,41	13.934,68
MP/NM-1	Assistente Administrativo, Oficial de Diligência, Oficial de Promotoria, Técnico de Informática, Atendente (Telefonista/Recepcionista), Operador de Som	2.531,33	2.721,19	2.925,22	3.144,63	3.388,53	3.654,06	3.941,19	4.249,91	4.580,22	4.932,11	5.304,58	5.697,64	6.122,29	6.588,54	7.095,38
MP/NB-1	Auxiliar de Manutenção, Motorista	1.449,00	1.557,68	1.674,53	1.800,10	1.935,11	2.080,28	2.236,28	2.403,68	2.582,94	2.773,10	2.984,66	3.216,94	3.470,22	3.745,90	4.043,38
MP/NB-2	Auxiliar de Limpeza e Copas	1.012,53	1.088,47	1.170,11	1.257,81	1.352,03	1.453,63	1.562,69	1.679,35	1.803,84	1.946,28	2.096,88	2.265,81	2.453,41	2.660,02	2.886,02

## Anexo V

## CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ACESSORAMENTO

CÓDIGO	CARGO	QUANT.	VENCIMENTO INICIAL	TOTAL
MP/DAS-1	DIRETOR GERAL	1	13.182,75	13.182,75
MP/DAS-2	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	4	11.718,00	46.872,00
MP/DAS-3	ASSESSOR JURIDICO	29	7.931,47	230.012,63
MP/DAS-4	ASSESSOR CONTÁBIL	2	6.750,19	13.500,38
MP/DAS-4	ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO	1	6.750,19	6.750,19
MP/DAS-4	ASSESSOR DE ARQUITETURA E URBANISMO	1	6.750,19	6.750,19
MP/DAS-4	ASSESSOR DE ENGENHARIA CIVIL	1	6.750,19	6.750,19
MP/DAS-5	ASSESSOR JURIDICO DE PROMOTORIA	21	5.903,35	123.870,35
MP/DAS-5	CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	1	5.903,35	5.903,35
MP/DAS-5	CHEFE DE GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA	1	5.903,35	5.903,35
MP/DAS-5	CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DE JUSTIÇA	1	5.903,35	5.903,35
MP/DAS-6	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	5.578,65	5.578,65
MP/DAS-6	ASSESSOR DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	1	5.578,65	5.578,65
MP/CCA-1	CHEFE DE SECRETARIA	3	5.568,91	16.706,73
MP/CCA-1	CHEFE DE CERIMONIAL	1	5.568,91	5.568,91
MP/CCA-1	CHEFE DE DIVISÃO	7	5.568,91	38.982,37
MP/CCA-2	CHEFE DE GABINETE DE COORDENADORIA	3	5.400,15	16.200,45
MP/CCA-2	CHEFE DE GABINETE ADJUNTO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	1	5.400,15	5.400,15
MP/CCA-3	CHEFE DE SEÇÃO	20	4.556,38	91.127,60
MP/CCA-3	ASSESSOR TÉCNICO	15	4.556,38	68.345,70
MP/CCA-4	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	25	2.531,33	63.283,25
MP/CCA-5	CHEFE DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE GABINETE	10	2.193,81	21.938,10
<b>TOTAL</b>		<b>150</b>		<b>804.209,29</b>

## Anexo VI

## TABELA DE VENCIMENTO INICIAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CÓDIGO	VENCIMENTO INICIAL
MP/NS-1	5.062,64
MP/NM-1	2.531,33
MP/NB-1	1.449,00
MP/NB-2	1.012,53

## Anexo VII

## QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MPE/RR

CÓDIGO	QUANT.	VALOR	SUB TOTAL
MP.FC.I	5	4.380,97	21.904,85
MP.FC.II	5	2.920,64	14.603,20
MP.FC.III	15	1.460,33	21.904,95
<b>TOTAL</b>			<b>58.413,00</b>

## PROJETODE LEI

**GABINETE DO DEPUTADO JOAQUIM RUIZ**  
**PROJETO DE LEI Nº 043/11.**

Dispõe sobre a contratação de servidor, através de processo seletivo, no âmbito do Estado de Roraima, e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Atendendo aos princípios do art. 37, *caput*, da Constituição da República e art. 19 da Constituição do Estado, é vedada à Administração Pública Estadual contratar servidores aprovados em processo seletivo com acumulação indevida de cargo.

**Art. 2º** Através do C.P.F. dos selecionados, será realizado um cruzamento de informações, nos Órgãos da Administração Direta e Indireta, para averiguação da existência de vínculo anterior e, nesse caso, da compatibilidade legal no acúmulo de cargos.

**Art. 3º** Será responsabilizado o Secretário ou o Diretor do Órgão que venha a contratar servidor selecionado em processo seletivo sem a observância aos princípios constitucionais e de direito administrativo, além dos dispositivos normativos da presente Lei aplicáveis a matéria.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2011.

**JOAQUIM RUIZ**

Deputado Estadual

## RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

## RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 007/11

Denomina a ESCOLEGIS de "Escola do Legislativo Deputado Luiz Afonso Faccio".

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução Legislativa:

**Art. 1º** A Escola do Legislativo – ESCOLEGIS, passa a denominar-se "Escola do Legislativo Deputado Luiz Afonso Faccio", em homenagem ao ex-Deputado Estadual e Constituinte de Roraima.

**Art. 2º** Todas as Unidades da ESCOLEGIS deverão ser identificadas com o nome do homenageado.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

**PROPOSTAS DE MOÇÕES**
**GABINETE DO DEPUTADO SARGENTO DAMOSIEL  
 PROPOSTA DE MOÇÃO DE APLAUSOS Nº 016/11**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Aplausos** ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima pela passagem do “Dia do Bombeiro”, ocorrido no dia 02 do corrente, bem como, pela sua atuação em nosso Estado.

Dessa forma, o Poder Legislativo aplaude esses bravos servidores pelos brilhantes serviços prestados à nossa sociedade, em diferentes momentos de extrema necessidade do nosso povo.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2011.

**SARGENTO DAMOSIEL**  
 Deputado Estadual

**PROPOSTA DE MOÇÃO DE PESAR Nº 017/11**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- **Moção de Pesar** ao povo mineiro e à família do Senador e ex-Presidente da República **ITAMAR FRANCO** pelo seu falecimento, ocorrido no dia 02 do corrente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em nome de seus membros, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, vem de público apresentar sentimentos de pesar ao povo mineiro e à família daquele que em vida se chamou **Itamar Franco**, Senador e ex-Presidente da República, uma pessoa que deixou marcas profundas na política nacional.

Que o mesmo seja acolhido pela providência divina com muita luz, paz e harmonia.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**  
 Presidente

Dep. **JALSER RENIER**  
 1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**  
 2º Secretário

**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia trinta de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trigésima Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DO EXECUTIVO**: Mensagem Governamental nº 025, de 28/06/11, submetendo à apreciação desta Casa Projeto de Lei que “Altera dispositivos das Leis nºs 120, de 21/12/95; 642, de 04/04/08; 633, de 07/01/08; 679, de 19/08/08; 498, de 19/07/05; e 801, de 12/01/11”. Mensagem Governamental nº 026, de 28/06/11, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera a Lei Complementar nº 71, de 18/12/2003, que institui a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, no dispositivo que menciona”. Mensagem Governamental nº 027, de 28/06/11, encaminhando para apreciação desta Casa Projeto de Lei que “Dispõe sobre a transformação da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima e do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima e dá outras providências”. Mensagem Governamental nº 028, de 28/06/11, encaminhando para apreciação desta Casa Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16/07/10, que instituiu a carreira e o cargo de Agente Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima”. **EXTERNO**: Ofício nº 61/11, de 09/06/11, da Associação de Servidores Públicos

das Regiões Norte e Nordeste, solicitando apoio desta Casa Legislativa para aprovação da PEC 56/99. Ofício Circular nº 171/11, de 22/06/11, da Controladoria Regional da União no Estado de Roraima, convidando para o 1º Encontro Estadual sobre Transparência e Controle Social/Debates Acadêmicos. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou fazendo um apelo à Mesa Diretora da Casa para incluir na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois, de acordo com o Senhor Parlamentar, os problemas foram levantados e extremamente debatidos com a oposição e com os Senhores Deputados que questionavam alguns itens, não sendo necessário, portanto, o adiamento da votação, além de que há consenso entre todos os Deputados de que seja votado na presente Sessão. Continuando, alertou para o que diz o Regimento Interno com relação a prazo, ressaltando que, se o Projeto não for votado de imediato, haverá problema de quorum, pois alguns Deputados estão com viagens marcadas para o interior do Estado. Em seguida, manifestou sua indignação com a situação dos atletas menores de idade que precisam ir para os semáforos pedir apoio da população para representarem Roraima nos campeonatos nacionais, em todas as modalidades de esporte, destacando que, após o recesso, a Comissão de Educação convocará a Secretária de Educação e a Presidente do Instituto de Desportos de Roraima para tratar desse fato, que, em sua opinião, é inconcebível ocorrer neste Estado. Finalizando, afirmou que esporte é prioridade, cuja função é divulgar um País ou um Estado, e, portanto, deve ser tratado com mais respeito pelo poder público, ressaltando a necessidade de se fixar, no orçamento do próximo exercício, recursos para evitar que os atletas fiquem se humilhando nos semáforos. O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, inicialmente, manifestou sua satisfação com a divulgação pela imprensa de que, no dia primeiro de julho, o Governo do Estado lançará o edital do concurso público para contratação de agente penitenciário, com o objetivo de atender à necessidade do Sistema Prisional, justificando que sua felicidade se deve ao fato de ter constatado o cumprimento de um compromisso firmado pelo Senhor Governador, que, ao ser procurado pelo Senhor Parlamentar e pelos Senhores Deputados Jean Frank e Soldado Sampaio, os quais se uniram no sentido de buscar soluções para o problema da greve deflagrada pela categoria, comprometeu-se a lançar, até o dia primeiro de julho, o edital para o referido concurso, com 300 vagas. De acordo com o Senhor Parlamentar, se o Sistema Prisional funcionar, haverá mais tranquilidade nas ruas, destacando que, com a greve, houve um aumento considerável do índice de violência, principalmente na capital. Em seguida, reportou-se ao pedido de exoneração do Diretor do Centro Socioeducativo de Roraima, Coronel Wilson, em razão da falta de apoio para o setor, ressaltando que outro motivo que o levou a entregar o cargo teria sido o tratamento de total desrespeito dispensado a sua pessoa pela titular da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social. Na opinião do Senhor Deputado, uma pessoa com a biografia do Coronel Wilson, que tem 35 anos de vida pública, com inúmeros serviços prestados a este Estado, não merecia um tratamento como esse. Finalizou informando que apresentará uma Moção de Repúdio pelos atos praticados pela Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social, que culminaram com o pedido de afastamento do Coronel Wilson, como forma de demonstrar a sua indignação, assim como, levará a situação ao conhecimento do Chefe do Executivo, para que ele veja quem realmente precisa sair do cargo que ocupa. **ORDEM DO DIA**: O Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 010/11, que “Denomina a ESCOLEGIS de Escola do Legislativo Deputado Luiz Afonso Faccio”, de autoria da Deputada Ângela Águida Portella; do Requerimento nº 035/11, requerendo, após ouvido o Plenário, convocar o Secretário Chefe da Casa Militar do Estado, Coronel PM Edson Prola, para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, dar explicações sobre vídeo de traslado de sua motocicleta Harley Davidson, placa NAR 4997, no veículo oficial da Casa Militar, Pick-up Ford Ranger de placa NAO 0964, bem como, das mensagens constantes no celular do empresário Ubaldo Nogueira Barros sobre suposta compra de votos, ambos os fatos amplamente notificados na mídia local, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, com a assinatura de 10 Deputados; e da Proposta de Moção de Repúdio à Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, Senhora Fernanda Riso de Aguiar, cujos atos irresponsáveis e pouco dignificadores da função pública no cargo que ocupa culminaram com o pedido de exoneração do Coronel José Wilson da Silva da direção do CSE. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Final ao Projeto de Resolução nº 010/11. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 035/11. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Dando continuidade, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Repúdio à Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, Senhora Fernanda Riso de Aguiar. Colocada em discussão e votação, a matéria foi aprovada.

**EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** informou o recebimento pela Comissão de Defesa do Consumidor de um documento dos moradores do Bairro Equatorial, requerendo providências no sentido de intermediar uma negociação e garantir seus direitos junto à Eletrobras, que está cobrando valores absurdos daqueles moradores, os quais têm renda baixa e, em muitos casos, nem contador de energia há na residência. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 05, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 05/07/11

## ATAS COMISSÕES

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2011.

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às quinze horas e vinte minutos, no Plenário Valério Caldas de Magalhães desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, a Audiência Pública desta Comissão, solicitada pelo Fórum Roraimense de Economia Solidária para discussão do Projeto de Lei nº 865/11, de autoria do Poder Executivo Federal, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e Cargos em Comissão, e dá outras providências”.

#### I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Sejam todos bem-vindos, vamos dar início à nossa Audiência Pública que é de suma importância. Vou convidar para compor a Mesa a Coordenadora da Incubadora Tecnológica da Universidade Federal de Roraima, professora Meire Joisy Almeida Pereira, Gostaria de convidar a Assessora Técnica do Empreendimento Econômico Solidário em Roraima, a Senhora Elielma Coelho Derzi, Convido para fazer parte desta mesa a secretária da Coordenação Nacional da Economia Solidária de Roraima, Maria da Graça Corrêa, Convido para compor a mesa o Deputado Rodrigo Jucá, Vice-Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. Estávamos aguardando, mas já está confirmada a presença do Governador em exercício do Estado de Roraima, Chico Rodrigues, que chegará em poucos momentos. Procederemos a abertura, formalmente, desta Audiência Pública, sob a proteção de Deus e do povo Roraimense, declaro aberta a presente Audiência Pública, solicitada pelo Fórum Roraimense de Economia Solidária para discussão do Projeto de Lei nº 865/11, de autoria do Poder Executivo Federal, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e Cargos em Comissão, e dá outras providências”, que tramita na Câmara Federal. Senhoras e Senhores, damos boas-vindas a todos e a todas, as pessoas que nós prestigiam e ao convidados que atenderam o convite para participar desta Audiência Pública. Esclarecemos aos Senhores Deputados que de início farão o uso da palavra, por ordem: O Senhor Presidente, em seguida, os componentes da Mesa, para tanto solicito aos Senhores, que farão uso da palavra usarem o microfone, pois esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição da ata. O Fórum Roraimense de Economia Solidária é o espaço que congrega três segmentos de Gestores Públicos, Empreendimentos Econômicos Solidários e entidades de Apoio e Fomento, que mobilizam, dialogam e discutem Políticas Públicas de Estado para gerar trabalho e renda. Nacionalmente o movimento de

Economia Solidária passa por dificuldades Institucionais, com propostas que criam a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Projeto de Lei 865/2011. Diante disso se faz necessário uma mobilização em todo o Território Nacional para fortalecer o diálogo Político com a Presidente Dilma, como também subsidiar o Presidente da frente Parlamentar de Defesa da Economia Solidária, Deputado Federal Eudes Xavier, que defende o amplo debate pelas bases o debate de pauta para que a Economia Solidária não seja transferida para a referida Secretaria. O Fórum Roraimense não poderia ficar indiferente diante do problema que atinge diretamente os problemas Econômicos Solidários daqui do Estado de Roraima. Gostaria de saudar o Senhor José Faustino da Silva, Empreendimentos Econômico Solidário Lavannos, Marineide Teles da Costa, da Organização Indígena da Cidade, saúdo Maria Lídia Vasconcelos, da Rede da Educação Cidadã; saúdo Francisca Lopes Unisol Brasil, e a todos os representantes da Economia Solidária no Estado de Roraima; em especial, a Senhora Meire Joisy Pereira da Universidade Federal de Roraima, Coordenadora da Incubadora Tecnológica; a Senhora Célia Regina Aguiar de Souza da Coordenação do Fórum Roraimense; a Senhora Elielma Coelho Derzi do Empreendimento Econômico Solidário; o Senhor Antônio Mota Neto, que representa aqui o Senador Mozarildo Cavalcante. Sejam todos bem-vindos. Senhoras e Senhores, acredito que a grande maioria de todos já conhece esses Parlamentares, represento, neste momento a Comissão de Indústria Comércio e Turismo, o Vice Presidente da Comissão, Deputado Rodrigo Jucá. Nós fomos procurados por representantes do segmento de Economia Solidária, atendemos de pronto fazer esta Audiência Pública por entender necessária para fortalecer o nosso Estado com trabalho dessa natureza, ou seja, nós entendemos que a Secretaria Nacional de Economia Solidária, diante de toda essa problemática, diante de todas as informações que nos foram repassadas, devem permanecer os seus atributos, os seus princípios, fazendo parte da Secretaria do Trabalho, e não ser absorvida pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Nós devemos debater, devemos discutir, e nos colocamos aqui à disposição para que, após concluirmos os trabalhos desta Audiência, possamos elaborar uma carta, conjunta, que podemos denominá-la “Carta de Roraima”, com proposições necessárias para que continuem fazendo parte do Ministério do Trabalho todos esses atributos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, permanecendo de maneira a atender as necessidades de toda essa gente que trabalha e defende a Economia Solidária, no nosso Estado. É o meu primeiro mandato nesta Casa, como também do Deputado Rodrigo Jucá. Entendemos pois ser necessário um trabalho árduo, um trabalho forte, para que possamos mudar a cara da Economia do nosso Estado, que a anos a fio se mantem, no nosso Estado, como Economia do contracheque, economia que há muito tempo está fadada ao fracasso. Acredito hoje, já está fracassada. As demandas de emprego são muito grandes, o setor Público, como um todo, não tem condições de atendê-las. Então, nós temos que buscar outras alternativas, perpassam, é claro, pela iniciativa privada. Temos que gerar uma Matriz Econômica para o nosso Estado, temos que fortalecer as nossas potencialidades, ou seja, transformar as nossas potencialidades em produtos. Temos, em Roraima, duas alternativas para gerar empregos e renda necessárias para o nosso povo, para nossa gente viver com dignidade, pois a maioria hoje, passam por momentos difíceis. Uma das alternativa aqui é o setor produtivo, ou seja, o setor primário precisa produzir para depois industrializar, temos primeiramente que atender de maneira que o poder público realmente se volte, e enfatizo essa necessidade, volte a atender o setor produtivo. Portanto, nós temos que atender o pequeno, também, precisamos atender a Agricultura familiar ou Agricultura de subsistência. E a partir daí, começaremos a atender o setor produtivo de maneira a produzir em escala industrial para subsidiar a instalações de indústria do nosso Estado. Só a partir desse momento, como uma grande produção no nosso Estado com a permanência ou a instalação de Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, subsidiadas pelo setor produtivo, a matéria prima da industrialização resulta na produção, na industrialização e conseqüentemente vamos ter a comercialização, mas comercialização de produtos produzidos e industrializados em Roraima. É o meu entendimento nessa primeira alternativa de desenvolvimento. O segundo é o Turismo. Participei recentemente no Estado vizinho, Amazonas, de um encontro com presença de todos os Presidentes de Comissões de Turismo do Brasil. Percebemos como o turismo é importante, como ele tem se desenvolvido e alavancado a Economia do Estado do Amazonas. Para vocês ter uma idéia, um só turista movimenta cinquenta e dois segmentos da cadeia econômica

do seu Estado, para o qual não custa nada, simplesmente o Estado tem que apoiar, juntamente, com o setor privado, divulgar as potencialidades turísticas e transformar em produtos, ou seja, é necessário ter um bom Aeroporto, uma boa Rede Hoteleira, ter, é claro, segurança para que essas pessoas, esses turistas que são clientes potenciais deste segmento saibam que, estando aqui, estarão seguros, e a iniciativa privada faz o resto, gera empregos e rendas necessárias. Gostaria de deixar aqui muito claro para as Senhoras e Senhores, pois entendo e vejo perfeitamente a necessidades de gerar outra Matriz Economia destes Estado. Temos que acabar com assistencialismo, e passar para assistência social, ou seja, enquanto nós dermos o peixe nós temos também que ensinar a pescar, nós temos que encontrar alternativa para que as pessoas gerem a sua própria renda, consigam, com dignidade, preparar este Estado para futuras gerações. É também, papel desses Parlamentares, homens públicos trabalhar para o engrandecimento e fortalecimento da economia deste Estado. Acontece, às vezes, em conversa com colegas, que dizem porque tanta gente procuram os Deputados alguns para pedir, outros para reivindicar, e nós temos que ouvir-los, temos que estar presentes. Costumo dizer que essas pessoas vêm ao nosso Parlamento é porque está existindo inversão de valores, ou seja, não seriam as pessoas a procurar o Poder Público, mas é o Poder Público que deveria procurar as pessoas. Precisamos estar mais próximos das pessoas se nós estivéssemos mais próximos se o Poder Público estivesse atendendo as necessidades de toda essa gente, se tivesse atendendo todas essas demandas certamente essas pessoas não estariam aqui nos procurando, só vêm porque existem problemas a resolver. Então como homens Públicos, estamos legitimados, somos obrigados a resolver. Diante dessa problemática Econômica do nosso Estado, fiz alguns Projetos de Indicação ao Governo do Estado, exemplo, um Projeto chamado Desoneração do ICMS na cesta básica, ou seja, o nosso Estado ainda não tinha identificado os produtos que compõem a cesta básica. Indiquei trinta produtos que compõem essa cesta básica, dentre eles: arroz, feijão, açúcar, farinha, óleo, ou seja, itens que têm a necessidade de serem consumidos diariamente que considero o mínimo existencial para que as pessoas tenham energia e mobilidade para trabalhar. Estou aguardando ainda uma resposta por parte do Poder Executivo porque esse Projeto seria de iniciativa do Poder Executivo, ou seja, do Governo do Estado. E, como Parlamentar, posso fazer apenas uma Indicação, que já foi feita, encontra-se na mão do Senhor Governador para ser deliberada. Espero que ele seja sensível ao problema para que brevemente se possa incluir trinta itens da cesta básica do nosso Estado, desonerado em dez por cento do seu valor de venda, hoje, ou seja, em vez de cobrar dezessete por cento de ICMS serão cobrados sete por cento. Quanto ao turismo, o Projeto está tramitando na Casa, deve ir a Plenário esses dias. O Projeto, voltado ao turismo, a prática de esporte de aventura que ainda não estava regulamentado. E pensando na segurança das pessoas que praticam esse tipo de esporte, pensando nos potenciais clientes da prática de esporte de aventura no nosso Estado que só viriam aqui, como turistas, a partir de uma regulamentação porque asseguraria ou assegura a sua integridade física como pessoa, apresentamos esse Projeto que está sendo analisado pelas Comissões e vai a Plenário em breve. Participei também, estes dias, como sou voltado à classe Empresarial, entendo perfeitamente que o Poder Público não tem como gerar empregos e renda necessária, hoje, dentro do seu corpo, quando eu falo Poder Público falo Municipal, Estadual e o Federal, nós temos apenas que dar condições à iniciativa privada gerar empregos e renda. Participei de um Congresso da Associação Brasileira de Distribuidores e Atacadistas, durante o qual fomos alertados que uma rede de supermercados Americanas, acredito, a grande maioria deve conhecer o Almartre que está esta investindo pesadamente no Brasil, e já está tendo aqui o nosso Estado, como um potencial, clientes dessas lojas. E, cada vez que recebemos esses investimentos, estrangeiros nessa área, especificamente, de supermercados, consequentemente os nossos, aqui, que vão fechar. Então, nós temos que estar preparados para essa concorrência, temos que estar com a economia fortalecida, é preciso manter juntos o Poder Público e iniciativa privada. Portanto hoje estamos aqui, como representantes legítimos, neste Fórum tentando deliberar sobre assuntos dessa natureza para que possamos fortalecer ainda mais a Secretaria Nacional de Economia Solidária para que possamos juntos fomentar esta necessidade que todos hoje tem de fortalecer as suas classes. todos com certeza, terão o meu apoio porque não dizer também o apoio aqui do Deputado Jucá, de toda a Comissão e toda a Casa Legislativa. Quero agradecer a presença de todos, estou solidário a esta demanda e

que esta Audiência seja a mais positiva possível. O mérito da questão da Audiência nós vamos debater em conjunto para que não perpassse só aqui pela Mesa ou por este Presidente. Passo a palavra ao Vice Presidente da Comissão, Deputado Rodrigo Jucá.

**O Senhor Deputado Rodrigo Jucá** – Bom dia a todos e a todas aqui presentes, bom dia Presidente Deputado Brito Bezerra, bom dia Governador Chico Rodrigues, seja muito bem vindo à nossa Audiência, bom dia Deputado Coronel Chagas, bom dia a todos os amigos que aceitaram o convite para participar deste momento importante. Em breves palavras, quero dizer que já estive reunido na semana passada com parte dos integrantes do movimento, a Dona Célia esteve lá no Gabinete, e já manifestei a minha concordância e solidariedade junto a essa solicitação. Então, é importante, entendo que a construção de uma lei que trata de movimentos sociais deve vir do movimento social para a Casa Legislativa, e não o inverso. São vocês que estão na ponta fazendo a Economia Solidária acontecer, que a coisa aconteça como vocês preferirem, e não como o Governo gostaria de impor. Então, sou favorável, farei todos os contatos que puder com a nossa bancada Federal, com os nossos Senadores no sentido de sensibilizá-los a essa causa. Conheço já o trabalho do Fórum de Economia Solidária, tive oportunidade por, diversas vezes, apoiar o Fórum enquanto estive no SEBRAE, entendo também que o Fórum deveria ser por mais que ele fique na Superintendência do Trabalho Estadual que ele tem a sua estrutura Federal ligada ao Ministério do Trabalho, a sua estrutura Estadual ligada à Superintendência. O trabalho da Superintendência nos Estados relacionada ao Fórum deveria ser diferente, que o trabalho da antiga DRT da Superintendência deveria priorizar mais a questão do Fórum da Economia Solidária e enxergar a Economia Solidária de uma forma diferente. Na verdade no Ministério do Trabalho, os programas voltado pra Economia Solidária enxerga a Economia Solidária como um estágio estanque, como uma etapa estanque da nossa economia. Porém não é isso, ninguém quer, na verdade, hoje aquele que é praticante da Economia Solidária, tenho certeza, que ele quer melhorar de vida, ele quer que a Economia Solidária e as organizações sejam uma forma para alavancar a vida dele, para melhor e não passar a vida inteira no mesmo patamar. Então, a gente precisa estabelecer meta de qualidade de vida, precisamos estabelecer indicadores, fazer com que essas pessoas praticantes, hoje atuante da Economia Solidária possam ter ganhos significativos para mudar sua vida por meio dessa atividade econômica. Quero aproveitar a presença do nosso Governador em exercício, Chico Rodrigues, para reforçar o pedido para Roraima tenha em breve a sua Secretaria Estadual de Desenvolvimento, uma Secretaria que já existe em todos os Estados Brasileiros ou na forma de Secretaria de Comissão de Indústria, Comércio e Turismo ou na forma de Secretaria de Desenvolvimento a modalidade mais moderna, uma Secretaria mais nova, tratadas como Secretaria de Desenvolvimento porque abrange vários estágios, setores e segmentos. Chegou no momento em que o Governo, a gente sabe que Vossa Excelência e o Governador Anchieta assumiram definitivamente o desafio de transformar a economia de Roraima em economia movida pela iniciativa privada. Vossas Excelências têm dito isto constantemente de forma recorrente. Então, para que isso aconteça, uma Secretaria de Desenvolvimento é primordial, ela é prioritária para que haja Técnicos voltados às ações focadas na iniciativa privada. Agradeço a todos, contem comigo, manifesto aqui todo o meu apoio às Emendas inclusive as Emendas Supressivas, apresentadas, aqui excluindo aqui a mudança do Fórum permanente da Economia Solidária do Ministério do Trabalho para a Secretaria de Micro e Pequenas Empresas. Então, vamos apoiar a carta que vai ser redigida pelo nosso Presidente, e assinada por todos, ela nos contemplará, vamos manifestar, nós os de Roraima, o desejo de que a Economia Solidária permaneça junto ao Ministério do Trabalho, obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Gostaria de agradecer, e registrar a presença do Deputado Estadual Soldado Sampaio, agradecer a presença da nossa Vice Presidente Deputada Aurelina Medeiros, a presença do Deputado Coronel Chagas, agradeço, em especial, ao Governador em exercício Chico Rodrigues por ter aceito o convite para participar, deliberando sobre assunto de tamanha importância, em poucas oportunidades que tive de conversar com o Governador Chico Rodrigues pude passar a minha visão de administração pública para o Estado de Roraima apesar de ser Deputado de primeira Legislatura mas entendo perfeitamente que o nosso Estado Governador precisa urgentemente de políticas voltadas a uma participação, uma afinação do Poder Público com a iniciativa privada o Poder Público. Se ele cuidar dos direitos fundamentais do cidadão, da educação, da saúde e da segurança que são direitos Constitucionais e, partir daí, criar infra-estrutura para que a iniciativa possa desenvolver

os seus trabalhos, teremos as demandas de emprego e renda solucionadas em nosso Estado. Conforme me referi há pouco, a capacidade de transformar as nossas potencialidades em produtos, ou seja, nós devemos primeiramente trabalhar o setor produtivo, investir com força, maciçamente no setor produtivo para produzirmos em escala industrial, a partir daí subsidiar as instalações de indústrias aqui no nosso Estado, e investir em estradas e energia para, enfim, a iniciativa privada tomar conta, gerar empregos e a renda necessária. Tenho certeza que é por esse lado que Vossa Excelência junto com o Governador Anchieta estão atentando, trabalhando para resolver essa problemática do nosso Estado quero dizer a Vossa Excelência que esta Casa e que esta Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, está à disposição para que todos os Projetos, para que todas as ações Governamentais sejam desenvolvidas pelo Executivo, visando atender as necessidades das pessoas de todos os segmentos econômicos do nosso Estado. Estaremos juntos à disposição para somar força com Vossa Excelência no sentido de atender essas demandas para dar melhor qualidade de vida para o nosso povo, fazer política não pensando na próxima eleição, mas na próxima geração. Passo a palavra para o Governador Chico Rodrigues.

**Senhor Governador Chico Rodrigues** – Deputado Brito Bezerra Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, quero cumprimentar o nobre Deputado Rodrigo Jucá, a Deputada Aurelina Medeiros, Deputado Gabriel Picanço, o Deputado Coronel Chagas, Deputado Soldado Sampaio, senhora Elielma Coelho Derzi, Assessora Técnica do Empreendimento Econômico Solidário em Roraima, a professora Meire Joisy Almeida Pereira, Coordenadora da Incubadora Tecnológica da Universidade Federal de Roraima, Maria das Graças Correia, Secretária da Coordenação Nacional da Economia Solidária de Roraima, Adalberto da Silva, Coordenador do Colegiado das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência. Para mim é motivo de muita alegria o convite do Deputado Estadual Brito Bezerra, pois este Fórum Roraimense de Economia Solidária coloca em discussão este importante segmento da Sociedade Brasileira que é a Economia Solidária. A discussão com o Parlamento, nesta Casa, onde as idéias da Sociedade, os Projetos da Sociedade as demandas da Sociedade podem se transformar em Lei, obviamente, para a sua prática, por todo um processo da sua Constitucionalidade. Antes de fazer uma breve observação sobre o tema em debate, manifesto aos Senhores e Senhoras a nossa preocupação no momento em que o Estado enfrenta a grave situação de enchente. Diante desta calamidade, tenho sobrevoado o Estado nos últimos três dias, obviamente observamos pontos extremamente preocupantes na Região Sul, Região Norte, no Leste e Oeste, em todo o Estado de Roraima, quando os Índices Pluviométricos já ultrapassam níveis históricos, de cinquenta anos atrás, das águas do Rio Branco atingindo nove metros e oitenta centímetros, por exemplo em Caracará acabaram de me ligar, está quase inundando os motores geradores, portanto terá que ser desligado. Já mobilizamos várias Empresas, a Eletronorte algumas Empresas de Eletricidade daqui para tentar, através fazer a elevação daquelas plataformas, na geração de energia, caso contrário, vai haver um colapso no abastecimento de energia elétrica em Caracará e Rorainópolis, das outras unidades em Baliza em Rorainópolis etc, onde também estão comprometidas mas o Estado está envidando todos os esforços, inclusive, um trabalho preventivo que deve ser analisada pela nossa População, determinado pelo Governador na semana passada com a mobilização de todo aparato estatal, coordenado pelo Corpo de Bombeiros. Portanto, até hoje, graças a Deus, apesar da gravidade que os olhos alcançaram, nestes últimos três dias não houve uma morte sequer de pessoas que estavam lá ilhadas, foram resgatadas de barco de helicóptero etc... A nossa defesa civil vem trabalhando de forma exemplar, inclusive, há pouco o Governador ligou de Brasília, informou que a Presidente Dilma já ligou para ele, cedo da manhã, colocando toda estrutura do Governo Federal à disposição para atender essas emergências. Hoje, à tarde ele será recebido pelo Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que transferirá todo apoio possível para o nosso Estado. Graças a Deus, a situação está sob controle, estamos assistindo o sofrimento dos desabrigados, dos desalojados, mas realmente estão sob controle, são desígnios do destino, é a vontade de Deus, em tempos do inverno o Estado enfrenta também em época do verão que da mesma forma passa. Neste momento, e de forma mais grave. Esperamos, realmente que possamos nesta travessia atípica sair sem nenhum prejuízo pessoal, para nenhum habitante de Roraima. Gostaria de dizer, minha gente, que o Deputado Brito Bezerra, presidente da

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, na sua manifestação anterior à minha ele foi muito feliz na sua solicitação ao Governo do Estado por modelos que possam efetivamente fazer com que a Economia Solidária, muitas vezes, chamada de Economia invisível, desenvolvida por pequenos comerciantes, pessoas que se mobilizam para produzir e vender, para ter sua renda, tudo se resume à renda, possa efetivamente através de uma formação, que defende o nobre Deputado Rodrigo Jucá, eu já defendo, há alguns anos a criação da Secretária de Indústria e Comércio porque, apesar de nós termos as Secretarias que tratam, cada um dentro de sua área. Agricultura Educação, Secretaria de infra estrutura, Secretaria de segurança etc..., mas esta é como se fora uma a mola propulsora do nosso desenvolvimento, infusão de várias ações que o Governador Anchieta tem tomado ultimamente, inclusive, me transferindo a coordenação do PDR - Programa do Desenvolvimento de Roraima, procurando irrigar a Economia de várias formas, seja no setor produtivo primário ou na Industria de transformação. Aí tem o hiato porque a nossa produção de matéria-prima em todas as áreas ainda é muito pequena, incipiente, mas acho que uma Secretaria com essa dimensão, nobre Deputado Brito, poderá realmente alavancar o determinante de programas que efetivamente cheguem a atender essa demanda reprimida, que é fortíssima, do pequeno comerciante, do pequeno empreendedor, desse segmento, cujo nome tão bem caracteriza Economia Solidária, um dos instrumentos que o Estado tem, devido a infusão da Crise que enfrentando nos cinco primeiros meses mais, especificadamente, crise financeira do Estado, mas graças a Deus estamos acabando de sair dessa travessia. O Governador de uma forma determina em função das orientações do planejamento, é visão estratégia que nós não podemos, na verdade, ficar sem um instrumento para levar, através do Governo seja Federal, Estadual ou Municipal, meios para atender esses segmentos. A Agencia de Fomento do Estado é um instrumento muito importante para que nós possamos iniciar pelo menos neste segmento básicos todo e qualquer processo de inclusão ao desenvolvimento do Estado, através dessas pequenas empresas e iniciativas, que o cidadão individual ou coletivamente em associações possam ter uma fonte de renda e um dos fatores que vocês não saibam, mas historicamente Agencia de Fomento ao longo dos Governos, isso é natural, cada um tem o estilo, cada um tem uma forma política. Houve realmente um volume de inadimplência que praticamente tem inviabilizado as ações da Agencia de Fomento, no entanto, o Governador está estudando, através da procuradoria do Estado, uma forma de isentar aqueles pequenos devedores, pois o número é imenso, chega mais de cinco mil. Pequenos investidores tiveram acesso ao crédito da Agencia de Fomento e com isso facilitou inclusive a vida daquela instituição para atender na ponta os segmentos, como este que hoje é um debate neste Fórum Roraimense. Então, o Poder Público seja em qualquer um dos níveis de Poder é insimulado pela cobrança da sociedade. Isso é natural, temos que ter esse reconhecimento como já fui Parlamentar no Poder Legislativo por quase vinte três anos, sei que diante de uma manifestação da Associação organizada, o papel da Assembléia Legislativa é fundamental, esse papel a que me refiro é determinante para criação de Políticas que possam efetivamente ajudar esse ou aquele segmento. Vemos assim em São Paulo, a grande locomotiva econômica deste País, onde cada dia que passa eles estão desenvolvendo novos programas para atender exatamente os segmentos mais frágeis, que tem uma representação fantástica quando agrupados e, quando é trabalhando em consonância com, obviamente, apoio do Governo. Então, nobre Deputado Brito Bezerra, quero agradecer a Vossa Excelência pelo convite e o parabeno pela iniciativa na coordenação executiva do Fórum Roraimense de Economia Solidária ao propor e encontrar na sua pessoa na Assembléia Legislativa este espaço de decisão porque as idéias se formatam em uma plataforma coletiva. E, aqui tenho certeza, que aqui os resultados que vocês vão auferir a este Fórum serão realmente fundamentais para que possamos, na verdade, ajudar a melhorar setores deficientes no nosso Estado. Na verdade, nós de uma forma muito franca, muito serena, entendemos que ainda existe, apesar dos avanços, é bom que se diga, não somos nós que estamos dizendo é o próprio IBGE, são próprias instituições públicas Federais, a própria Fundação Getúlio Vargas. Quanto ao nosso crescimento, nós fomos, no Estado, que mais investimos profissionalmente em infra-estrutura, mais geramos emprego, mas, de qualquer forma, alguns falam que o número dois, três mil empregos é pequeno, sim. Em relação ao Norte, Nordeste fomos os que mais geramos empregos, existem muitas deficiências ainda, claro que existem, mas nós estamos na medida do possível ajustando o nosso Estado e, se

Deus quiser, com o apoio da Assembléia Legislativa que é um instrumento determinante e fundamental para que possamos realmente dar esse impulso, esse crescimento, que nós possamos efetivamente é fazer realmente uma transformação da nossa economia em benefício da nossa população. Portanto, agradeço ao Presidente e aos Senhores Deputados e, principalmente, a todos aqueles que fazem o Fórum Roraimense de Economia Solidária. Desejo a todos vocês que, ao final deste encontro, nós tenhamos propostas substanciais para que possa enriquecer esse documento, inclusive, o Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal. Muito obrigado a todos pela oportunidade.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Gostaria de agradecer a presença do Senhor Governador e enfatizar que estaremos sempre de mãos juntas para trabalhar em prol do nosso povo de Roraima. Gostaria de registrar a presença do Deputado Gabriel Picanço, do Ex-Presidente da Associação dos Micro e Pequenos Empresários AME, o Senhor Edilberto Veras. Seguindo o roteiro gostaria de passar a palavra para deliberarmos aqui a respeito do Fórum, da Senhora Elielma Coelho, Empreendimentos Econômico Solidário.

**A Senhora Elielma Coelho Derzi** Assessora Técnica do Empreendimento Econômico Solidário – Bom dia, a todos e a todas, gostaria primeiramente me solidarizar com os empreendimentos com os trabalhadores de Caracará da Região Sul que não puderam estar presentes devido a toda essa problemática das chuvas, portanto eles não estão presentes, mas dois Municípios estão presentes, Cantá e Iracema conseguiram chegar. Então, é um momento difícil para todos. Cumprimento a Mesa, em nome da professora Meire Joisy, e do Deputado Soldado Sampaio. Este é um momento impar para o movimento de Economia Solidária onde a gente consegue trazer à discussão questões do Trabalho e Renda, para esta Casa, para aos nossos representantes. Então nós gostaríamos mesmo que para estes debates houve o encaminhamento. São o movimento, ao longo de cinco, seis anos, vem discutir. Porém, neste debate, não se discute, não trata simplesmente, da questão econômica. A gente trata de uma outra Sociedade de uma outra forma para produzir, de consumir e de viver. Então esse debate também não passa só por esse Projeto de Lei, durante todos esses anos o Brasil vive várias crises econômicas e os mais atingidos são as pessoas que tem acesso à informação, escolaridade. As pessoas que agora estão sendo colocadas, como o Governo está lançando em tirar as pessoas da miséria, estão sendo considerados os miseráveis, mas o que é ser miserável? Nesse sentido a gente traz a este debate, questões que, ao longo de dois mil e um, o movimento vem pautando, isto é, apresentar outra forma de trabalhar e produzir, e esta forma é a do cooperativismo, do associativismo, é trabalhar autogestionariamente, onde as pessoas são respeitadas e possam pensar, produzir para viverem melhor. (inaudível) É recomendável que a renda não fique concentrada em determinados setores, aos pequenos agricultores, pescadores, as mulheres que fazem artesanato, que essas distribuições de rendas, realmente, sirvam para melhorar a vida das pessoas. Chegamos, em 2010, com quatro Plenário Nacional, onde houve um grande debate, discussão em todo Território Nacional, nós temos mais de quinhentas proposições que vêm dos trabalhadores, essas proposições sugerem a forma, como os trabalhadores querem a economia deste País. Realizamos duas Conferências que também mobilizaram o País inteiro, que também apresentou discussão do crédito, da formação, das finanças. Então, esse conjunto de debates, ao longo desses anos, e diálogo com o Governo, quando fomos surpreendidos por essa PL que é a 865, que cria o Ministério da Micro e Pequena Empresa, que, ao nosso ver, precisa sim, embora não sejamos contra essa Lei, nós não aceitamos a forma que isso foi feito e construída. Como o Brasil abre as portas para o diálogo do movimento social dos trabalhadores com o Governo, então, a gente acredita que isso tem que permanecer. E que se faz discurso de dez anos, e quando se criam realmente os mecanismos para potencializar a economia, em dois ou três dias, surge uma Lei, e nos colocam lá para que a gente faça parte disso. E assim, o debate começa por aí, passa pela democratização, pelo respeito que o Governo tem pelos trabalhadores. Então, essa é a discussão, o ponto que a gente precisa debater. E como a gente dialoga com o Governo, ele nos escuta, qual é a possibilidade, e o que também a gente tem para mostrar para esse Governo. Então, o movimento, hoje, como dizem em muitas falas, a gente ouve que o movimento precisa mostrar a sua cara, precisa realmente dar resposta, e nós temos essas respostas. A professora Meire, no seu pronunciamento vai colocar alguns números que a gente tem da Economia Solidária, que são números representativos e significativos, aí não são só números da questão do PIB, mas passa também pela transformação de cada pessoa que está neste movimento, como é que essas pessoas que começam a se

organizar elas começam a ver o seu contexto diferente. Nós não estamos falando aqui só da questão econômica, estamos falando de pessoas que mudam suas vidas. Os discursos em cima do Projeto de Lei, em cima do que o movimento está reivindicando, o que ele pensa, que nós queremos uma casa própria, um espaço, e ter este diálogo com o Governo. Isso não foi respeitado principalmente pela nossa Presidente Dilma. Então, coloco aqui a minha insatisfação com o processo, como se deu essa conversa, não que a gente esteja contra ou intencionando a discussão, mas que sejamos respeitados por tudo aquilo que agente já vem debatendo ao longo desses dez anos, a gente também vem um pouco para o Estado desde 2004, a gente começa a trazer a discussão de trabalho e renda na Economia Solidária no Estado de Roraima por perceber que, como ouvimos na mesa, a maior economia do Estado é a do contracheque, sabemos que precisamos mudar isso. Então, essa mudança não vai partir somente do Poder Público nem da Sociedade Civil ou dos trabalhadores, mas de um conjunto de pessoas que pensam nesse desenvolvimento econômico. Portanto, não precisamos somente de formação, do crédito, das pessoas organizadas, e entender o que é essa organização para o cooperativismo e o associativismo. Mas nós precisamos de políticas públicas, de estado que dê base para que esses empreendimentos consigam sobreviver, consigam sair do assistencialismo, que possam ter sustentabilidade econômica e social a partir do seu próprio trabalho, do seu próprio pensar em desenvolver sua própria vida. Então, a gente traz esse debate para que, tanto esta Casa, como o Governo do Estado conheça que existe além da alternativa do que já foi falado do setor privado das empresas, mas também existe uma alternativa que é a Economia Solidária, que agente possa potencializar este Estado com esta outra forma de produzir, partimos também para a produção primária e secundária. Então, se a gente tem um Estado, cuja porcentagem no PIB é o setor terciário, então temos deficiência no setor primário. E isso quer uma resposta, porque a maioria das pessoas estão no Poder Público. Como o Estado se desenvolve a partir do setor terciário, pensamos que este Estado se desenvolve a partir do setor primário e secundário, nós temos uma proposta de organizar os trabalhadores, de como fazer metodologia, e acreditamos que essa forma de cooperativismo vai ajudar, e ajuda o desenvolvimento deste Estado. Mas, como falei, não somente a partir de nós mesmos, é a partir do Governo ou de um conjunto de pessoas que pensam neste Estado. Quando se fala em um conjunto são as pessoas, os representantes tanto dos Deputados Estaduais, Municipais e Federais, a Universidade que pesquisa, que pensa, é um conjunto de pessoas que estão envolvidas nisso. Dessa forma, nós estamos, vamos dizer, conquistando essas pessoas. Então, dizia sempre ao Governo que nós temos essa proposta para o Estado, quando sai na mesa, que tem uma proposta de potencializar este Estado com a iniciativa privada, passa também por esta iniciativa, autogestionário que é o que a Economia Solidária traz. Muito obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Gostaria de agradecer as palavras, e informar que nosso Governador vai se ausentar, para ir a uma reunião no Comitê de Defesa Civil. Obrigado, Governador, seja muito feliz neste trabalho.

**O Senhor Governador Chico Rodrigues** -Muito obrigado, e sucesso a todos vocês nesta Audiência Pública.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Passo à palavra a Senhora Maria da Graça Corrêa, Secretária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, bom dia, a todos e a todas, estamos aqui para debater esta Lei, através do Governo Federal, a PL 865, estou aqui para afirmar que a Economia Solidária existe, e sou exemplo de que existe isso, aqui, o nosso empreendimento é rural, estamos trabalhando nesta metodologia de Economia Solidária e tem dado certo. Então, a gente traz o debate para esta Casa, que não houve um diálogo com a gente, não concordamos que não se crie esta Lei desta forma, estamos aqui para que seja criada uma outra forma, somos contra essa Lei do micro empreendedorismo, mas queremos que sejamos ouvidos. Essa é a nossa discussão que a gente traz para esta Casa. Agradecer em primeiro lugar a Mesa, obrigado.

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** – Dando seguimentos aos trabalhos, passo à palavra a Senhora Meire Joisy Almeida Pereira, da Universidade Federal de Roraima, Coordenadora da Incubadora Tecnológica.

**A Senhora Meire Joisy Almeida Pereira**, da Universidade Federal de Roraima, Coordenadora da Incubadora Tecnológica. – Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentar o Presidente da mesa e também da Comissão, Deputado Estadual Brito Bezerra, e na pessoa dele cumprimento a todos, cumprimento a dona Maria dos Santos, em nome dos empreendimentos Econômicos Solidários, e em nome dela

cumprimento a todos e a todas aqui presentes. A minha primeira fala Senhora e Senhores é para dizer que esta Audiência, cuja realização agradeço novamente à Casa está acontecendo nas vinte seis unidades da Federação e o Distrito Federal. Esta Audiência Pública está acontecendo em todas as unidades do país, é preciso que se faça esse debate, e o debate está posto, é a forma como o Governo Federal conduziu a criação da Secretária Especial da Micro Empresa, Empresa de pequeno porte, e nela inseriu a Economia Solidária, ou seja, aqui nós não estamos tencionando ou debatendo contrárias à criação dessa Secretária, mas sim a forma. Por que isso? Essa forma foi arbitrária no sentido de que não houve o dialogo com o movimento de Economia Solidária. Aí, o movimento de Economia Solidária nasce nos idos da década de noventa por conta de um contexto extraordinariamente, complicado que a gente chama de .....(*inaudível*). O Governador falou aqui que uma das grandes questões do País se reduz àquilo que a gente chama de geração de renda, reiterado na fala do Presidente da mesa. A Economia Solidária nasce nesse contexto quando ela traz uma forma diferente de produzir e gerar renda para este País. Então, hoje os atores e atrizes do Movimento de Economia Solidária como é que eles estão constituídos, essas pessoas querem produzir de uma maneira diferente, vivem de uma maneira diferente e não é a que nós conhecemos essa hegemônica do capitalismo, ou seja, é uma opção dessas pessoas, e trabalhar de maneira autogestionária, ou seja, democraticamente ouvindo o seu parceiro e a partir desse ouvir, tomar as decisões, mas não arbitrariamente como a gente costuma dizer, manda quem pode obedece quem precisa. Na Economia Solidária é diferente, lá as pessoas têm voz e voto, por isso que a gente diz....(*inaudível*). Produtiva. Então, essas pessoas não querem fazer o produtivismo exacerbado, para simplesmente conquistar mercados, não a questão é a geração local do desenvolvimento local e sustentável, e que esse desenvolvimento consiga dar conta das gerações de trabalho, ocupação e renda para essas pessoas. Então, assim, quando a economia solidária nasce, aí o professor Pool Singer, hoje é professor da USPE e também Secretário Nacional da Economia Solidária, (*inaudível*). Lá, em 2003, ele diz que na sociedade Brasileira existe uma forma diferente de se produzir, e essas pessoas precisam ser vistas. Outra fala aqui do Governador diz assim: também conhecida como Economia invisível. Aí Senhora e Senhores, uma questão que quero deixar claro que nós não somos invisíveis. Nós não somos invisíveis por quê? É claro que aos olhos do Estado isso até pode parecer invisível, porque a gente está falando de impostos, tributos. Nós só somos reconhecidos pelo Estado quando contribuimos para este Estado. Então, é assim, o marco regulatório tributário da Economia Solidária também não foi institucionalizado, não foi por que? Quais são os interesses, as implicações, os determinantes da não institucionalização dessas Leis? São perguntas que ficam aí para que a gente consiga respondê-las. Vou pedir ajuda do professor Emerson, professora Leuda que compõem a Incubadora Econômica Solidária da Universidade. É uma instituição que dentro do Fórum Roraimense de Economia Solidária como bem disse aqui na abertura dos trabalhos o Presidente do Fórum Roraimense de Economia Solidária: ele é composto por esses três atores o Poder Público e aí quero render as minhas honras ao Ministério do desenvolvimento Agrário, na pessoa da Célia, ao Ministério da Pesca, o Superintendente local, Fábio, onde a própria Economia Solidária, enquanto Política Pública, está inserida, que é a SRTE na pessoa do Mario. Então, são esses os Ministérios. Aliás, a Economia Solidária está em vinte e dois Ministérios, tem mais de duzentas ações do PPA do Governo Federal. Então, quer dizer, como é que se cria um Ministério e não se valoriza o que a gente conquistou. A gente trouxe para apresentar neste debate aqui a proposta do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quando ele traz os números, dizendo que nós não somos invisíveis. Solicito à assessoria do colega professor Emerson, para operar o Data-Show, para apresentação do SLIDE, para que os Senhores possam conhecer como surgiu a Economia Solidária e todos os aspectos abrangentes: (**Secretaria Especial de Economia Solidária**). Proposta para implantação e estruturação *Justificativa para a criação da Secretaria Especial de Economia Solidária* A erradicação da miséria de 16 milhões no país e a promoção do desenvolvimento com geração de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras é um grande desafio que já tem sido enfrentado no atual governo e é um compromisso do futuro. A Economia Solidária, ao aliar, naturalmente, as dimensões econômica, política, social e ambiental, promove, nos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos, um processo de organização e envolvimento efetivo com o seu território, o seu país. *Justificativa para a criação da Secretaria*

*Especial de Economia Solidária* A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os estados, incluindo a população mais excluída, vulnerável, organizados de forma coletiva, gerando seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares. Economia Solidária O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente de forma coletiva e autogestionária. *Atividades econômicas:* Produção de bens; Prestação de serviços; Finanças solidárias; Comércio justo Trocas; Consumo solidário; *Organizações solidárias:* Cooperativas; Associações Empresas auto gestoras; Grupos solidários, Redes solidárias; Clubes de troca etc. Um novo modo de organizar a produção, distribuição e consumo com base na cooperação” Constituem-se sob forma de grupos informais, associações, cooperativas, empresas de autogestão e combinam atividades econômicas e sociais. O fenômeno de expansão da economia solidária no Brasil é recente, com a grande maioria dos empreendimentos de economia solidária tendo seu início na década de 90 com gradativa expansão no século XXI.:O fato é que a economia solidária continua crescendo rapidamente. Somente entre 2000 a 2007 foram criados novos 10.145 empreendimentos de economia solidária, numa média de 1.450 por ano, o que faz supor que em 2010 existam no Brasil, considerando-se apenas 52% dos municípios, mais de 26 mil empreendimentos de economia solidária que mobilizam mais de 2 milhões de associados. A Expansão da Economia Solidária no Brasil é de 21.859 EES EM 52% dos municípios brasileiro há 1.687.496 participantes. Os principais motivos de criação dos EES são: Alternativa ao desemprego (46%); Complemento de renda (44%); Melhores ganhos em ação associativa(36%); Possibilidade de gestão coletiva (27%); Condição para acesso a crédito (25%); Questão de múltiplas respostas “ O Resgate da dignidade do trabalho com base em valores e práticas que colocam o ser humano como sujeito, é a finalidade da atividade econômica”; Práticas fundadas em relações éticas de solidariedade entre as pessoas e com a natureza, a Economia Solidária e o Desenvolvimento. Privilegiar o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras; Apropriação solidária (da coletividade) e sustentável das potencialidades econômicas; Valorização da produção, dos produtos e do mercado consumidor local/territorial; Articulação de cadeias produtivas em redes de produção, comercialização e consumo solidário. Implantação de políticas de fortalecimento da Economia Solidária no Estado de Roraima, desafios da economia solidária, fomento, incubação e apoio tecnológico e organizativo, organização e apoio a processos de comercialização solidária. Valorização do mercado local e territorial - produção e consumo; Acesso às compras governamentais de produtos e serviços da ES; Bases de Serviço de Apoio à Comercialização Solidária; Implantação e multiplicação de espaços de comercialização solidária: Feiras populares e agroecológicas; Entrepostos e centrais de comercialização. Formação e conhecimentos para uma economia solidária: Formação sistemática e integral: cidadania, autogestão e viabilidade; Qualificação social e profissional apropriada às características e demandas locais; Elevação da escolaridade de trabalhadores/as (da alfabetização ao ensino superior); Inserção das práticas, princípios e valores da Economia Solidária no ensino formal; Produção de conhecimentos (pesquisas e tecnologias) para o desenvolvimento local. Apoio às finanças solidárias: Crédito produtivo orientado e apropriado às características, diversidades e necessidades locais; Fundos Públicos de financiamento do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária; Apoio e assessoria na constituição e fortalecimento de organizações de finanças solidárias: Bancos comunitários, Fundos solidários e Cooperativas de crédito. Reconhecimento legal e fortalecimento institucional: registro de EES e regime tributário adequado; Criação e fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social (conselhos de gestão social, conferências etc.); Planos, programas, projetos e ações de Economia Solidária; Fortalecimento das organizações da sociedade civil (fóruns e redes) de Economia Solidária. É necessário reconhecer e potencializar a contribuição de um vasto conjunto de formas não capitalistas de produção, dada a sua importância e volume em termos de número de pessoas e de movimentação econômica. De fato, ficou cada vez mais evidente nas últimas décadas, que a reprodução da vida de boa parte da população depende de atividades assentadas no trabalho de forma individual, familiar ou associativa: O potencial já demonstrado pela economia solidária de contribuir com o resgate humano e a erradicação

da pobreza e da miséria a capacidade da economia solidária em gerar oportunidades de trabalho e renda para setores excluídos do mercado de trabalho tradicional. O crescimento expressivo da economia solidária em todos os segmentos da sociedade civil e em políticas públicas municipais e estaduais, as resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária; a necessidade de ampliar o patamar das políticas públicas de economia solidária para contribuir com os objetivos centrais do novo governo. A Política Pública de Economia Solidária, no próximo período, deve se espelhar nas resoluções expressas na II Conferência Nacional de Economia Solidária, em especial ao atender as necessidades dos empreendimentos de economia solidária, tendo como horizonte a estratégia política de promoção do desenvolvimento sustentável e solidário. Esta Política deve ter, ao mesmo tempo, a prioridade em contribuir com a redução das desigualdades sócio econômicas por meio da promoção, incentivo e apoio às iniciativas econômicas solidárias, tendo em vista o resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza. Territorialidade do Desenvolvimento como eixo de integração de programas e ações de economia solidária: Articulação intersetorial da economia solidária com outras políticas públicas de recorte sócio econômico. Descentralização coordenada para ampliação e fortalecimento de políticas públicas de Economia Solidária nos Estados e Municípios. Transversalidade das questões de gênero, raça e etnia... A Política Pública de Economia Solidária deverá considerar as diversas dinâmicas e iniciativas de territorialização do desenvolvimento, dialogando com as estratégias do Governo Federal e orientada pelas prioridades dos empreendimentos econômicos solidários, considerando os seguintes processos: Planejamento Participativo em Base Territorial; Ações Integradas; Acessos Participativos de Controle e Avaliação. A falta de planejamento das ações encobre e reproduz a prática do patrimonialismo no atendimento de demandas com base em interesses privados. Para romper com essa cultura institucional, a política pública de economia solidária deverá ser planejada em bases territoriais, sendo, portanto, descentralizada e contextualizada. Caracteriza-se como estratégia de integração de programas setoriais em um mesmo espaço "prioritário", para as ações e aplicações de recursos, corrigindo distorções ou desigualdades territoriais ou regionais em relação aos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento. Mais que um instrumento de racionalização dos recursos e esforços públicos, esses instrumentos de controle e avaliação deverão se constituir em ferramentas de aprendizagem partilhada de gestão de políticas públicas, envolvendo os diversos sujeitos sociais, as instituições dos territórios e da esfera nacional. (Feita a demonstração do Slide). Então, o que queremos com essa proposta da Audiência Pública, é dizer que nós não temos nada contra a Micro Empresa, e a Empresa de pequeno porte, precisamos ter o nosso espaço. Esse espaço que foi conquistado ao longo dessa década, com esses dois milhões de trabalhadores que têm uma perspectiva nesse último mapeamento de 2011, que a Universidade está fazendo de aumentar para quase dois milhões os empreendimentos, são de pessoas que escolhem produzir de maneira diferente. Então, assim como aconteceu em Roraima, nós mapeamos cento e vinte e três empreendimentos. Desses cento e vinte três, quarenta e dois, estão aqui em Boa Vista, que é o centro dinâmico econômico local. Mas, temos na Agricultura Familiar essa oportunidade extraordinária de catalizar esses movimentos. Então, os Agricultores Familiares colocam todos os alimentos diariamente nas nossas mesas, e por que não trabalhar nessas perspectivas? Como disse bem a Elielma, nós não precisamos só de informação, de créditos, precisamos de um conjunto de ações e política pública. Hoje no movimento de Economia Solidária Roraimense, só tivemos aceno a Política Pública da Economia Solidária, graças ao Fórum. Fomos lá no MDA e falamos o seguinte: nós queremos acesso às políticas públicas pois fomos ao Ministério da Pesca e precisamos de acesso. Então, assim como a Prefeitura precisa acordar que existe um movimento, o Governo do Estado precisa estar atento a isto, o movimento existe, e proporcionalmente. Como bem disse o nosso Governador, os nossos números não são extraordinários, eles são representativos dentro da nossa realidade, nós somos quarenta e dois empreendimentos aqui, trinta e oito na Região Sul, treze na Região Norte e, aproximadamente dezessete na Região Central. São aproximadamente mil e trezentos ou mil e quinhentos trabalhadores da Economia Solidária e, como disse a Graça, professora lá no Município de Iracema, nós já vivemos dentro do princípio da Economia Solidária. Então, dá certo. Precisamos que isso aconteça de fato, não só com a Universidade, com a Unisol Brasil com o Brasil local apoiando, mas com esse conjunto de atores sociais. Então, muito mais que um debate

que trouxemos aqui para os Senhores, um desabafo, para dizer que nós precisamos da cooperação do Estado nas ações da Economia Solidária. Muito obrigada. **O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** - Parabéns Doutora Meire, muito enriquecedoras as suas palavras. Agora passo a delimitar o tempo. Passo a palavra ao Deputado Soldado Sampaio pelo tempo de cinco minutos.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio** Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.- Bom dia a todos os colaboradores aqui presentes, Deputado Brito, meu colega de Parlamento, quero parabenizá-lo por este trabalho que vem desenvolvendo a frente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. Foi um pedido nosso quando nos reunimos com a Senhora Célia e outras pessoas, levamos essa demanda até a Comissão certa que é lista de Vossa Excelência, no sentido de oportunizar este debate nesta Casa, criar esse espaço para que os trabalhadores possam se manifestar, dando sua participação, como bem falou a professora, haja vista que os demais Estados, também, estão discutindo, a questões. Então, esta de parabéns a Comissão. Quero cumprimentar a Dona Célia, pela iniciativa, os demais colegas: O Adalberto, o Faustino, a Eunice do Sindicato do Tribunal de Justiça, o professor da Faculdade Federal, Doutor Ermeson, do qual já fui aluno. Gostaria de deixar a nossa contribuição e cumprimentar as demais lideranças e entidades aqui presentes. Quero demonstrar a nossa solidariedade, o nosso apoio. Acredito muito no trabalhador organizado. Acho que esse é o caminho, a Economia Solidária faz Roraima, assim como a Pequena ou a Micro Empresa da Agricultura Familiar, o pescador de uma forma em geral. Nós não temos isso aqui, a curto prazo, professora, e esse é o meu pensar, nós só temos um caminho que é a Indústria, a geração de emprego através do pequeno negócio, do pequeno empreendimento. Essa história que Roraima vai ser um Parque Industrial, Zona Livre, isso tem sido discurso eleitoral. O que precisamos é reconhecer a nossa vocação que é a Pequena e Média Indústria, a Economia Solidária, agregarmos valor no que temos vocação. Temos, no nosso Estado, um potencial enorme, principalmente, na Agricultura Familiar, na Pesca, no Artesanato, no Turismo. Esses ramos são a nossa vocação. Irão trazer a Honda, não produzir carros. Eu acredito, professora, que há valor nessas pequenas questões, pequenas coisas que fazem diferença em nosso Estado. Temos, por exemplo, aqui, nova capacidade de produzir cupuaçu, açaí, castanha, caju, e não temos no nosso Estado, sequer uma Pequena Indústria, segue na base da Economia Solidária. Uma ou outra família que se reúne gera emprego, renda, mas não temos visto políticas públicas efetivas no sentido de valorizar-los. Esse é um fato. As políticas públicas que implantam em nosso Estado têm sido mais eleitoreiras do que uma política de responsabilidade na geração de empregos. Eu acredito muito na capacidade do trabalhador, de criarmos mecanismos para valorizarmos o Pequeno e Médio Empreendimento e, também, valorizarmos a Economia Solidária como uma forma de geração de renda e emprego. Conheço alguns empreendimentos onde duas, três, quatro pessoas montam o seu centro de artesanato, pintura de camisa, fábrica de colar, pulseira e conseguem sustentar duas, três pessoas na família, gerar dois, três empregos. Temos que nos atentar para isso. Então, essa é minha contribuição. Venho acompanhando a luta, desses trabalhadores, e fico triste com um Governo que se diz do esperto, para o qual pedi muitos votos, estrelinhas do antigo PT entre a década de noventa, não ter um projeto para o nosso Brasil e, hoje, vendo o Governo do PT, e faço parte do PCDB, pegar um projeto desse e colocar de goela abaixo sem discutir com a classe do trabalhista. Parece-me muito mais um governo do PSDB, pois este faz isso constantemente, e no Brasil todo, no Estado de Roraima não é diferente. Tivemos, aqui na Casa, alguns Projetos na área da saúde voltados aos servidores e, não tivemos sequer a oportunidade de discutir-los. Estou falando dos Deputados e inclusive, da classe dos trabalhadores. Então, estranho muito e quero repudiar essa atitude por parte do Governo. Que faça algo, que trabalhe de maneira diferente, pois não podemos colocar no mesmo programa pequena, média e microempresa. A Economia Solidária, é algo diferente, tem que ser tratado com atenção especial. A Economia Solidária, como já mostrado através do SLIDE, tem uma capacidade muito grande de geração de empregos e rendas. Não vejo como economia informal, vejo que uma das formas tem que respeitar essa classe, esse é o nosso Brasil. Tem que haver respaldo, enquanto forma de mecanismo de ajudar a classe trabalhadora do Brasil. Nem todos têm condições de regularizar uma empresa, até porque sabemos o quanto é caro e alto, a carga tributária no nosso Brasil. Pequenas empresas estão fechando as portas não por falta de competência, simplesmente pela alta carga tributária a qual

somos submetidos constantemente por parte do Governo. Então, é nesse sentido que eu quero parabenizar e me colocar à disposição da Dona Célia e das demais companheiras e buscar políticas públicas efetivas junto ao Governo do Estado, para que possamos fortalecer a Economia Solidária do nosso Brasil. E, quero me solidarizar nesta questão da retirada da Economia Solidária do pacote da pequena e média empresa, pois ela tem que ter um tratamento diferenciado e, acredito que o Governo com esses encontros, essas Audiências e com esses debates, vai atender, com toda certeza, a esse pedido, ou então, vamos ter que reconhecer que o PT não é mais o mesmo, que estamos mais para o PSDB do que para o PT, que nós acreditamos tanto, o Governo que nós defendemos e continuamos apostando. Então, é nesse sentido que quero me colocar à disposição e pedir as autoridades que seja registrado o nosso posicionamento enquanto Parlamentar da base Governista do Governo Federal, do PCDB (*inaudível*).

**A Senhora Marineide Teles da Costa**, da Organização Indígena da Cidade. Bom dia a todos. Sou da ODIC - Organização dos Indígenas da Cidade, entidade de apoio à Economia Solidária. Realmente o que nós estamos trazendo aqui é o pedido para que tirem os tributos, da Economia Solidária, da Micro Empresa. Nós, pequenos artesãos indígenas, tanto da cidade como da comunidade, como vamos concorrer com a microempresa? Temos apoio dentro da Economia Solidária, nós mostramos os nossos produtos, não temos nenhum atravessador. É um preço justo cobrado por aquele pequeno empreendedor lá da comunidade indígena? É. mostramos nossos produtos aqui dentro da cidade. Temos os artesãos indígenas que, através da Economia Solidária, mostram os nossos produtos. Aquele artesão que mora na comunidade indígena, que tem seus produtos, mas não tem como trazer-los, encontram essa porta dentro da Economia Solidária. É por isso que estamos aqui apoiando para que realmente tirem esses tributos da Economia Solidária, da Micro Empresa para que possamos ter nosso acesso, nosso espaço livre, sem alguém para nos comandar, atravessadores como falei. Tenho certeza que tirando esses atributos da economia solidária, iremos sim ter nosso próprio espaço para mostrarmos os nossos produtos. Então, essa é a minha posição, como entidade apoio a economia solidária. Obrigada. (aplausos).

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** - Obrigado Dona Marineide. Passo a palavra à Senhora Lídia Vasconcelos, da Rede de Educação Cidadã.

**A Senhora Maria Lídia Vasconcelos** - Bom dia a todos. Sou representante da Rede de Educação Cidadã, sou educadora popular de base, uma educação que vem dando certo, vem transformando, vem incluindo. Trabalhamos com inclusão social, somos rede, também, uma entidade de fomento que apoia o movimento da economia solidária, porque também somos movimentos, estamos nessa batalha buscando inclusão, como acabei de falar. Então, gostaria de dizer algumas palavras através de uma música nossa daqui do nosso Estado e, através dela, poderemos saber muitas coisas que estamos desperdiçando. (*cantou*) *“Esta terra de origem cabocla é puro Brasil, tem minério farinha, madeira, igarapés e rios, tem caiporas, saci, macunaima, cruviana ou canaimé, boi bumbá, parixara, roçado oração de pajé, é o canteiro que brota a flor da semente o fruto e a cor, que a espécie preserve a vida com provas de amor.* Então, agente coloca através dessa música. Nós também fazemos parte da coordenação do Fórum Nacional da Economia Solidária, também estamos no Fórum Estadual, e é por isso, que estamos aqui, também, na busca dessa construção. Queremos, assim, abrir esse leque, queremos um espaço, para trabalhar, para nos organizar. Estamos organizados? Estamos, em parte, mas como já foi dito, precisamos da nossa secretaria, precisamos ter essa nova política que é a Economia Solidária, que é uma política abrangente, não é uma coisa tão pequena, apesar de não ser tão vista. Eu ouvi uma frase aí da Mesa de que a Economia Solidária é como se fosse uma economia invisível, mas, ela não é uma economia invisível. Temos participado de muitos movimentos que envolvem a Economia Solidária que são bem visíveis, como o que a Meire falou: *“A maioria da produção que se usa agora: sandálias, blusas, até alimentos, vêm da produção da Economia Solidária”*. Nós não queremos só isso, queremos fortalecer a economia solidária no lado cultural, econômico social, porque estamos deixando de lado a questão econômica social e cultural. Quando pensamos de uma lado, o outro é penalizado. A nossa cultura precisa ser trabalhada, fortalecida. Temos muitas coisas boas dentro dos nossos empreendimentos, não só na questão produzirmos produtos para vender, nós temos outras culturas, coisas melhores que podem ajudar na política de construção de Economia Solidária. Então, somos dois movimentos que caminham juntos, que falam a mesma língua, mas, o nosso objetivo da Rede de Educação Cidadã é transformar a questão educativa.

Trabalhamos com educação popular de base, que fomenta para a construção dessa nova política, para que não haja aquele problema que se houver tanto como inadimplência. As pessoas, as vezes, querem avançar, mas não sabem como, acabam se desviando de um conceito que é deles, pois não sabem como começar e nem por onde terminar. Em parte eu fui muito feliz com a fala da Meire. Ela disse muitas coisas que eu queria falar, mas como é representante da entidade de fomento, já nos representou muito bem. Agradeço a Mesa, o convite e a oportunidade de poder compartilhar aqui com vocês. (aplausos).

**O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra** - Passo a palavra a Senhora Célia Aguiar (Coordenação do Fórum Roraimense).

**A Senhora Célia Regina Aguiar de Souza** Coordenação do Fórum Roraimense. - Obrigada. Eu faço parte do Fórum Roraimense, e sou, também, da coordenação Nacional da Economia Solidária. Eu estive em algumas reuniões em Brasília e vi que eram de repúdio contra o Projeto de Lei 865/11. Nessas reuniões que tivemos, saíram algumas cartas de repúdio. Com essas reuniões conseguimos derrubar o pedido da Presidente Dilma para que o Projeto de Lei fosse votado em regime de urgência e nós, conseguimos, em Brasília nessa data que estivemos lá com toda a coordenação nacional de todos os Estados, um prazo maior para que essa audiência, hoje, estivesse acontecendo. Nós não tínhamos prazo para ter essa reivindicação, e conseguimos isso. Então, na minha opinião já foi uma vitória que retardamos um pouco e, hoje, esperamos que consigamos retirar os tributos da economia solidária de dentro do Projeto de Lei nº 865/11, mas, o que está valendo a pena, é como foi dito em Brasília pelo Ministro Gilberto Carvalho que a Economia Solidária não tinha visibilidade, é que hoje, tenho certeza absoluta que ele já não pensa mais desse jeito, bem com a Presidente, porque depois disso, aconteceram reivindicações e audiências públicas em todo o Brasil, nas quais, nós a gente do movimento nos manifestamos contra o jeito com que o Projeto foi criado, porque nós fizemos conferências nacionais, territoriais, aqui dentro do Estado e de que valeram essas conferências adiantes de tudo que foi gasto para irmos à Brasília. Duas mil e poucas pessoas que estavam nessa conferência votaram a favor da criação de um Ministério ou de uma secretaria especial. De que valeu os gastos se a nossa voz não ia ser respeitada, pela nossa Presidente, porque é o que está acontecendo. Então, se não havia condições de se criar um ministério, respeitamos, mas que fosse criado a secretaria. Se não há como ser criada a secretaria, pois que fiquemos aonde nós estamos, no Ministério do Trabalho. Que busquem emendas, que a gente consiga ter verbas, ter fomentos para os empreendimentos, pois que é isso que precisamos, porque os empreendedores, sozinhos, não têm condições. Faço parte de um empreendimento e sei como é difícil para caminhar. E, se formos para dentro da Pequena e Micro Empresa, ficará muito complicado, porque nós vamos viver duelando, porque sabemos que eles são maiores que nós, não há para onde correremos. Então, nós queremos um espaço nosso, nossa casa, para termos voz, voto e sermos respeitados. Nós fomos a Brasília e reivindicamos uma Secretaria. Não queremos ir para dentro da secretaria da Pequena e Micro Empresa, queremos ela como parceira, bem como os outros Ministérios que temos no Brasil. Não adianta irmos para uma Secretaria para disputar espaço. Então, não queremos disputar espaço com ninguém, queremos o nosso próprio espaço, queremos que a Secretaria da Pequena e Micro Empresa seja aprovada. O que não aceitamos é como foi feito, não nos consultaram, não ouviram a opinião do movimento solidário, e pegaram os tributos da Economia Solidária e jogaram dentro da Pequena e Micro Empresa. Se eles acham que o movimento não tem nenhuma visibilidade, hoje garanto que tem alguma, porque ele esta sendo visto em todo Brasil. Portanto, nós do movimento, estamos pedindo aqui, e os Deputados estão apoiando, que os tributos da Economia Solidária saiam da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e que seja criada uma nova Secretaria ou que continuemos no Ministério do Trabalho. Nós, da Economia Solidária, precisamos de políticas públicas. Nós já construímos um programa de economia solidária. Aproveitando o momento, pedimos a parceria dos senhores para que aprovelem nosso programa, pois estamos criando a Lei da Economia Solidária Estadual. Pedimos, também, que os senhores façam Emendas para ajudar os nossos empreendimentos, porque nós temos que contar é com os senhores, visto que os Deputados são os nossos representantes. Esperamos contar com os senhores. Obrigada. (Aplausos).

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** - Obrigado Célia, gostaria mais uma vez parabenizá-la por sua vontade de trabalhar, de defender o Fórum de Economia Solidária. A senhora nos procurou em conjunto com o Deputado Soldado Sampaio e nós a atendemos prontamente. Esta Casa através dos Deputados, estará sempre de portas abertas para atender essas reivindicações. Pode cobrar, pois é um dever nosso, é uma obrigação do homem público. Eu sempre entendi que o

homem público não deve ser senhor e sim servidor, é com esse objetivo que entramos na política. Passo a palavra para o Senhor Adalberto Santos, Colegiado das Associações de Pessoas com Deficiência.

O Senhor **Adalberto Santos** – Bom dia a todos, quero cumprimentar os Deputados presentes, em nome do Deputado Brito, parabenizar a iniciativa desta Audiência e, ao mesmo tempo, cumprimentar os batalhadores da Economia Solidária, na pessoa da Senhora Célia, essa guerreira, que não mede esforços na defesa dessa causa. Digo a Senhora Célia e às nossas autoridades, que o povo sempre foi invisível, e não me assusta que venha de um pensamento do Senhor Paloci a idéia de vincular a Economia Solidária a Secretaria de Micro e Pequena Empresa, porque desse senhor eu poderia esperar qualquer tipo de coisa. Desde o apodrecimento do Partido dos Trabalhadores-PT, que acompanho com tristeza o trajeto desse senhor nos diversos escalões do Poder: Entristece-me ver que a população brasileira tem a memória fraca e perde na história, a história das suas lutas. Ao mesmo tempo, alegro-me quando vejo pessoas como a Senhora Célia, com toda essa garra, vencer o medo de repressão e vir a público, ladeada por esse grupo de guerreiros e guerreiras da Economia Solidária, dizer o que espera desse país. Com tristeza posso dizer o seguinte: Eu fui uma das pessoas que ajudou a fundar o PT e, com certeza, o PT que nós sonhamos era um partido misto de trabalhadores sem terra. Que atendesse as reivindicações e os anseios do povo, mas, esse partido apodreceu ao longo do tempo. Atribuo parte desta culpa a essa figura ilustre, o Senhor Paloci. Entretanto, digo a vocês o seguinte: a luta do povo não parou. Lembro-me que há alguns anos atrás, vivendo na região do Bico do Papagaio, encampávamos uma luta das quebradeiras de coco babaçu daquela região, luta essa onde muitos companheiros tombaram. Nós temos, como um dos mártires, nacionalmente conhecido pela luta o Padre Josino, brasileiro de coragem, que tinha muito amor a sua terra e por amor a ela, teve que tomar. Eu diria aos nobres Parlamentares aqui presentes, a Economia Solidária nada mais é do que o desejo do povo de manifestar o seu amor por este país, país este que, dentro do seu território, retém 75% (setenta e cinco por cento) da água potável do planeta, que tem a maior floresta do mundo e que dentro do seu território, agrega as maiores riquezas que este planeta têm. Quando analisamos o Projeto de Lei, observamos que tudo que têm aqui é exatamente o que alguns pensadores do desenvolvimento, através das grandes indústrias do agronegócio, sempre defenderam, os interesses dos poderosos, interesses esses sempre vitimaram a população pobre. A Agricultura Familiar e a Economia Solidária defendem a produção a partir dos meios locais, sem inclusão de nenhuma cultura exótica, sem inclusão de nada que venha agredir a vida, o meio ambiente e a biodiversidade. É produzir a partir dos recursos existentes na natureza e no meio em que vive. Não precisamos ser especialistas para percebermos o quanto o nosso planeta esta sofrido, e quanto se fatura hoje em cima do discurso, de que precisamos recuperar o meio ambiente degradado, entretanto, não paramos de degradar. Nesse discurso hipócrita de recuperar o meio ambiente degradado, o degradamos mais ainda, e aí me vem a mente uma frase do famoso *Lucenberg que dizia: “O homem, enquanto não se entender como parte da agaiá, da origem e da natureza, sempre continuará se alto destruindo.”* E o mais triste ainda é que, quem mais discute o desenvolvimento tecnológico é quem menos entende de humanidade, é quem menos está preocupado com a vida é por isso que vinhamos aqui manifestar nossa solidariedade a essas lutadoras, guerreiros e guerreiras da Economia Solidária. Quero dizer aos Senhores Parlamentares que a vocação desse Estado é a Pequena Agricultura, os empreendimentos de pequeno porte. Não acreditemos nunca que a forma que busca o desenvolvimento desse Estado é trazer para cá agriculturas agressivas e exóticas, como por exemplo: Abelha Africana que dizimou com as espécies da Amazônia, a Acácia, que esta aí servindo para que? Que pretende deixar o quê de riqueza no nosso Estado? Nada mais que desgraças as nossas futuras gerações. Não é dessa forma que vamos desenvolver esse Estado. E preciso que olhemos o desenvolvimento com uma paixão mais humana, voltada para a vida como um todo, não apenas com o objetivo do lucro financeiro. É mais importante, a sustentabilidade desse meio, para que possamos subsistir como vida, isso? É mais importante do que quanto podemos ganhar em moedas e em espécie no futuro. Ganhar vida é mais importante Senhores Deputados! Qualidade de vida se faz com sustentabilidade do meio, com alimento saudável, portanto, é de extrema necessidade se reconhecer e investir nesses empreendimentos, é de fundamental necessidade que esta Casa, como casa do povo, se posicione de forma clara e responsável diante dessa imoralidade que é este Projeto de Lei. Digo a Senhora Dilma que o povo brasileiro não esqueceu das suas lutas lá no Araguaia, mas ama você como cidadã comprometida com aquela luta, não com os

grandes empresários e com as grandes Multinacionais que o Senhor Paloci representa. Muito obrigado. (Aplausos).

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Senhor Adalberto, passo a palavra para o Senhor José Faustino da Silva, do Empreendimento Econômico Solidário gostaria de lembrar aos senhores que fizeram uso da palavra que o tempo é de cinco minutos. Registro a presença da Senhora Rosa Márcia Rodrigues, Presidente da CUT/RR e convido-a para fazer parte da Mesa.

O Senhor **José Faustino da Silva** - Bom dia a todos, companheiros da ECO-SOI/RR, nobres Deputados Brito Bezerra, Soldado Sampaio, nosso guerreiro, companheiro de luta, e Deputado Gabriel Picanço. Esses oradores que me antecederam já foram muito felizes quanto às suas colocações sobre o que atinge o desenvolvimento do nosso Estado e diretamente a Economia Solidária, que chega aos ouvidos, ao conhecimento do Governador em Exercício, quando foi citado ser invisível. Prefiro que seja aos seus olhos invisível, porém tenho a certeza absoluta que ele é inclusivo, porque nós pegamos aquela população que não tem uma renda, não tem de onde tirar o sustento de seus filhos, não tem uma profissão definida, e nem oportunidade de se incluir e desenvolver dias melhores para sua vida mas, no entanto, eles se organizam de forma autogestionária e solidária, para poder gerar renda para o sustento de seus familiares. Ora, pensando agora pelo lado institucional da coisa, nós temos uma grande demanda, porque quando pensamos em associativismo e cooperativismo, muitos tem a noção que essa forma de organização visa o lucro. No entanto, a Economia Solidária vem de encontro, vem na contramão desse sentido. Não é visando lucro, é a inclusão dessas pessoas visando uma renda mínima para sobre-existir. Nesses empreendimentos não temos patrão e nem empregados, todos tem igual valor. Nobres Deputados, quero chamar a atenção dos Senhores para um pequeno detalhe, embora sejamos um pouco invisível, nós conseguimos nos organizar, como bem falou a Senhora Célia, e fizemos a nossa programação estadual para a Economia Solidária. Gostaria de, pessoalmente, chamar a atenção para esse pequeno detalhe. Baseado nesse programa de Economia Solidária, fizemos uma proposta de Lei Estadual de Economia Solidária. Se ele ainda não chegou as suas mãos, ainda vai chegar. Vamos despachar e entregar aos Senhores, e aí, nessa proposta, há dois pontos fundamentais: 1º – Este ano é ano de PPA Estadual, não sei se há na estrutura do Estado alguma Secretaria que tenha algo voltado para a Economia Solidária, deve ter para geração de renda e na SETRABES, algo nesse sentido, porém, nesse momento, conclamamos aos Senhores, vamos dar uma olhadinha para essa questão, porque precisamos ter a linha de acesso a essas pessoas e esse tipo de política que não seja de Governo, de Deputado, de Vereador ou de Prefeito, que seja de Estado, que permaneça, que fique, e que tenhamos acesso a esses empreendimentos da Economia Solidária, através de parceria com os órgãos. Portanto, proponho que a equipe que vos procuraram seja solidificada, parceria de entendimento para criarmos mecanismos para trabalharmos, para juntos formalizarmos e organizarmos esses empreendimentos de Economia Solidária, e darmos condições necessárias para que esses empreendimentos comecem a funcionar, ou seja, a minha preocupação é essa. Gostaria de fazer um último pedido, sendo esse o mais importante. Como não temos tempo hábil para organizar a proposta do Programa Estadual da Economia Solidária, proponho aos senhores que pensem em conjunto com a equipe dos seus gabinetes, em alguma proposta de Emenda Parlamentar para viabilizar recursos, para que possamos trabalhar nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, voltada para a Economia Solidária. Pensem com carinho! Os Senhores terão, com certeza, na Economia Solidária, uma parceria ideal para trabalharem políticas públicas para desenvolver este Estado. Muito obrigado. (Aplausos).

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Senhor José Faustino da Silva que representa o Empreendimento da Economia Solidária-ECOSOL. Passo a palavra ao Senhor Paulo Moro, da Associação Sustentável dos Produtores e Produtoras do Projeto de Assentamento Maçaranduba.

O Senhor **Paulo Moro Bellzi** Bom dia a todos, quero primeiramente falar sobre o entendimento. Faço parte de uma associação, estive no Município de Iracema, e escutei o Deputado Sampaio, falar a respeito da organização dos agricultores, na possibilidade de terem acesso ao micro crédito. Quero dizer a eles que hoje temos, no Estado, quase 300 Associações registradas na Receita. Estas estão praticamente sucateadas e se não trabalharmos o social dentro dessas Associações, elas não prosperarão. É preciso ser feito um trabalho solidário, esse é um entendimento entre os sócios. Temos a nossa associação, estamos

conseguindo levá-la em frente, mas é doloroso, é difícil mudar a concepção do produtor rural, no intuito de que eles se entendam e trabalhem em grupo. É difícil, mas estamos nessa luta, estamos trabalhando a Agricultura Familiar Solidário. Finalizo dizendo o seguinte: A Economia Solidária deve ser trabalhada dentro das Pequenas Empresas, mas não podemos dizer que a Economia Solidária seja uma pequena Empresa, é bem diferente o trabalho solidário do trabalho de uma Micro Empresa. Muito obrigado. (Aplausos).

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Passo a palavra ao Senhor Antônio Neto, Assessor do Senador Mozarildo Cavalcante.

**Senhor Antônio Ferreira Mota Neto** – Em primeiro lugar bom-dia. Cumprimento a mesa, os Senhores Deputados Brito Bezerra, Gabriel Picanço e todos os representantes do Fórum da Economia Solidária em Roraima. Trago um abraço do Senador Mozarildo Cavalcante a cada um dos Senhores. Foi feito o convite por esta Comissão, mas no momento, ele está cumprindo seu papel no Senado Federal, não pôde estar presente, mas nos encaminhou para externar o apoio a esse movimento, até porque, mediante tudo que já foi dito, chegamos a conclusão de que toda a sustentabilidade começa numa base, e essa base nunca pode ser esquecida. Podemos até pensar em coisas grandes, é natural, mas são as pequenas que edificam. Ao ouvir o que cada um falou, me veio a memória quando eu morava com meu pai, em 1979, na região do Lama, no Apiau, no Município de Mucajaí. Se ele estivesse aqui, estaria vibrando com a evolução do pleito, pois não estão mendigando, é um direito de todo o grupo, dos que estão reivindicando para que somados, alcancem seus objetivos, não de forma individual, e sim, de forma coletiva. Lembrei-me do que meu pai falava quando abríamos os varadouros dentro da mata: “Se agente tivesse a oportunidade ou a política para nos dar apoio, a nós produtores, mesmo que fosse para plantar a macaxeira, e montar uma pequena fábrica para fazer farinha, para vender na cidade”. E, ele, por não ter a condição de trabalhar, se desgostou, saiu do interior porque nunca conseguiu esse apoio voltado para a política pública, e logo após, faleceu. Hoje vemos esse grito de conquista que, com certeza, é um grande avanço do movimento, até por entender que o Presidente desta Comissão, Deputado Brito Bezerra, como também esta Casa, está abrindo esse espaço que é louvável para se discutir e trazer novas propostas e reivindicarmos o direito de cada um. Fiquei emocionado porque todos nós, creio que a maioria, principalmente os nordestinos, temos a origem na roça e, sabemos que a força não é projetada por um só e sim, por um grupo de pessoas voltadas a um objetivo e unidas. Como o nosso companheiro falou, é uma luta, como sempre o meu pai falou, é uma dificuldade que os produtores têm de se unir aqui no Estado, mas creio que essa iniciativa visa, justamente, partindo desse ponto que está aqui e que está sendo feito por esse movimento, conscientizar e mostrar para cada um o direito que têm, pois unidos, com certeza, conquistarão e contribuirão para o desenvolvimento do nosso Estado. Portanto, trago esse sentimento e o aplauso para todos os que estão presentes e, também, às Guerreiras do Movimento da Economia Solidária. Muito obrigado. (Aplausos)

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Antônio, obrigado ao Senador Mozarildo, por estar solidário a nossa causa do Fórum do Movimento Estadual da Economia Solidária. Quero dizer que antes de ser político e empresário, sou cidadão, pai de família, sou como muitos aqui filho do nordeste e de origem muito pobre. Sempre trabalhei para conquistar o meu espaço e com o propósito de ajudar todos aqueles que trabalham e que acreditam em seu potencial e do Estado, para crescer junto com ele. Quero deixar a minha mensagem de solidariedade a toda essa causa e a outros segmentos que tem o propósito de engrandecer a economia do nosso Estado e trazer uma melhor qualidade de vida a todos. Passo a palavra ao Deputado Gabriel Picanço.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Gostaria que Vossa Excelência me permitisse usar a Tribuna.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Concedido Deputado.

**O Senhor Deputado Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, senhoras e senhores, bom dia a todos que se encontram neste recinto, aos nossos amigos que estão colaborando com esse movimento que pede apoio e que saia do papel e que realmente vá para a realidade. Senhor Presidente, quero iniciar minha fala, congratulando-me com o povo de Roraima, em virtude do fenômeno da natureza que está ocorrendo: as fortes chuvas. Segundo os estudiosos, de 50 a 70 anos, isso acontece, a gente não aceita, por não quereremos ser prejudicados. Quero congratular-me com àquelas pessoas que estão sofrendo nesse

momento, tendo em vista estarem perdendo seus pertences, mas Deus é grande, e vamos vencer. Isso não é culpa de nenhum governante e, sim, da natureza, pois que ocorre no mundo. Para contribuir com esse movimento, Deputado Brito quero dizer a Vossa Excelência que o Estado de Roraima depende 100% de seu desenvolvimento infelizmente do Governo do Estado, da estrutura da máquina administrativa, se o Governo não tiver vontade de levar para frente, enterra, fica atolado na lama, e a gente fica no discurso, que é ruim para o nosso povo que não acredita mais nos políticos, ainda mais quando alguém, como Vossa Excelência é da oposição, como eu sou, que faz um programa desse, e o Governo dá um jeito de engavetar, para a gente ficar descredibilizado com o povo, mas isso faz parte da política, não nós vamos nos intimidar, vamos fazer a nossa parte. Quero dizer a Vossa Excelência que fiz um Projeto de Lei para o Governo do Estado sobre agricultura familiar. Conheço o Estado de Roraima, de norte a sul, de leste a oeste, conheço todas as vicinais e também de Caracarái ao Baixo Rio Branco, se não tiver apoio do Governo do Estado, para a agricultura familiar, não teremos êxito, no momento, ainda não estamos passando fome, mas iremos passar, ao decorrer de cinco a dez anos, porque o homem não pode derrubar uma árvore, não pode mais plantar que é a cultura dele, e só dá a força para plantar se for na motos serra, na enxada, no machado ou no terçado que é proibido pelos órgãos ambientais. Então, Governo tem que trazer para si as responsabilidades de mecanizar de dois a três hectares, para cada cidadão. Mecanizar e não revirará a terra como fizeram há anos, sem revirar a benefício algum para o Estado. Infelizmente, se não houver a boa vontade do Governo do Estado a gente não vai a lugar nenhum. Temos que se mobilizar e pedir ao Governador que deixe de fazer politicagem. Vamos fazer a agricultura, escolas, profissionalizar professores e trazer médicos para o Estado de Roraima. A política para o Governo só daqui a 04 anos. Essa, agora, é para Prefeito, ele não é Prefeito, deixar para quem vai concorrer a Prefeito. Então, acredito que devemos partir por esse lado. Quero dizer aos Senhores, que fui pela Assembléia Legislativa do Estado de Roraima à capital de Mato Grosso, Cuiabá. Fiquei tão encantado por aquele Estado que se eu não tivesse filho ou não fosse casado e não tivesse estrutura aqui, iria morar lá Estado. Fiquei impressionado com o desenvolvimento. Não há ninguém passando necessidade lá, a agricultura é forte, pois 33% do PIB de grãos e carnes suína e bovina o Mato Grosso produz no país, é invejável. Aqui a gente fica mendigando. Sabe qual é o slogan do Governo lá! *Acabaram-se as gravatas e entraram as botas*. São homens da bota. Todos os Deputados Estaduais vieram do campo. O Governador é o maior produtor de soja da América Latina, estão se nós não tivermos e se não trouxermos o campo para a nossa administração, aqui em Roraima, infelizmente vamos ficar no discurso. Uns vão ficar mais engelhados do que os outros que passam muito batom e talco para não engelhar, e nós que não temos coragem disso, vamos ficar engelhados e sem conseguir nada. Então precisamos ter coragem, personalidade e falar à horas certas; não nós podemos intimidar. Quero ser solidário a esse programa, mas tenho certeza de que pelo que está acontecendo nesta Casa, é muito difícil alavancar a nossa esperança, é muito difícil, mas não vamos nos desesperar. Vamos-nos manter firmes e com um só propósito, vamos-nos dar as mãos, para ultrapassarmos as dificuldades. Conheço Roraima desde 1980. Já almocei em muitas casas de produtores e trabalhadores rurais, eles tinham orgulho de convidar-nos para almoçar e jantar com eles em suas residências; hoje, eles têm vergonha, porque não têm o que comer. Muitos não têm nem a mandioca, falo isso com propriedade, pois compram o ovo de galinha na cidade para levar para o campo, eles perderam o impulso do trabalho, desacreditados pela benesse do Estado. O Estado é obrigado a dar estradas e transportes para a Agricultura Familiar. Neste Estado nem isso acontece, e não é por causa das chuvas, pois há 08 anos não foi feita nenhuma vicinal, podem enganar na televisão, mas eu conheço e mostro aonde tem. Não foi feito nenhum metro de ponte, o Estado está abandonado. Precisamos ter duas coisas: lealdade e coragem para dizer *sim* quando precisa ou *não* quando for Louvável. Então, era isso que queria dizer Deputado Brito Bezerra. Estamos a disposição. Muito obrigado. (Aplausos).

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Deputado Gabriel Picanço, o Deputado Soldado Sampaio terá que se ausentar, portanto, passo a palavra a ele para as considerações finais e, em seguida, responderemos às perguntas.

**O Senhor Deputado Soldado Sampaio** – Quero pedir desculpas por me retirar, é que tenho uma reunião marcada com o Presidente do IPER. Há um Projeto de Lei Complementar tramitando

nesta Casa, ao qual pedi Vista e tenho que devolver amanhã. Já fui ao IPER e não consegui falar com o Presidente daquela instituição, ele acabou de me ligar, está me aguardando para conversarmos sobre um assunto que não, abrimos mão que trata da Previdência dos Servidores do Estado de Roraima. Nós estamos tentando contribuir, por isso, preciso ouvir o Presidente do IPER para tirar algumas dúvidas. Então, gostaria de registrar a minha despedida e aproveitar esse momento, Adalberto e demais presentes, para registrar a minha indignação contra o Governador do Rio de Janeiro, que vem tratando com desleixo a categoria de servidores, a qual tenho um grande respeito e admiração, e em todos os cantos do mundo e no Brasil não é diferente que é os Bombeiros Militares daquele Estado, visto que após 02 meses de negociação, nada avançou, eles não foram ouvidos. Por causa disso, resolveram fazer um movimento de greve, de manifestação, uma passeata, ocupando quartel e prédios públicos. Não vejo outra forma de eles se manifestarem. Apoio e admiro essa atitude e só não fui para o Rio de Janeiro porque os Deputados da nossa entidade nacional, que moram mais próximo, já estão lá representando a nossa entidade, mas a vontade era de estar somando junto aos companheiros do Rio de Janeiro. Na greve, 439 Bombeiros foram presos, muitos feridos por bombas de gás, tiro de borracha, mães de família sofreram aborto ao serem agredidas por policiais, colegas de farda, que são manipulados e usados. Isso existe em todos os setores. Trabalhadores são colocados contra trabalhadores. Eles furam a greve e falam com a voz de Patrão, porque de alguma forma foram induzidos, estão recebendo alguma benesse. Repudiamos a atitude dos colegas de farda do BOP daquele Estado que agrediram pais de família, classe trabalhadora que são os Bombeiros. Então, vou tornar isso público, esse repúdio da nossa entidade. Roraima está solidário aos companheiros do Rio de Janeiro. Quero dizer aos companheiros e companheiras que o nosso mandato está à disposição deles, estamos de portas abertas. Acredito que não é diferente com o Deputado Brito e com o Deputado Gabriel, porque somos oposição ao Governo, essa é a nossa linha de ação, temos agido dessa maneira nesta Casa, provocando Audiências Públicas e nesse Poder, nunca houve um espaço tão democrático como esta havendo agora, com Audiências em todos os setores, em todos os seguimentos. As mazelas que estão aí o Governador tenta usar como desculpa. São mazelas que já vinham acontecendo. Quem não sabe das situações precárias das nossas vicinais, das pontes, da falta do caminhão da feira, da economia do pró-custeio, do vale solidário e tantas outras políticas públicas que estão deixando de ser efetivadas por parte do Governo. E aí, nesse momento, há um grande discurso por causa das chuvas, da enchente, para tirar a atenção da sociedade. Reconhecemos que existe um fenômeno da natureza neste momento, é fato, mas que antes disso existia toda uma mazela que vinha acontecendo no nosso Estado na nossa saúde, na segurança, na educação e na agricultura. O Governo está usando a situação como pano de fundo agora e, é por isso que estamos atentos, porque somos formadores de opinião. Para concluir, quero colocar à disposição o nosso mandato, da classe trabalhadora. Terão apoio desse trabalhador do PC do B de esquerda, como referencial nessa luta. Estamos aqui para ecoar, para transmitir essa mensagem dos senhores. Quero parabenizar o Deputado Brito pela conduta, pela forma como vem conduzindo esse trabalho e pela forma que vem desempenhando o seu mandato nesta Casa, como Deputado ligado à classe empresarial e, por ser bem franco nos seus discursos. A classe empresarial só sobrevive e tem sucesso se a sociedade tiver emprego tiver renda para suprir suas necessidades, só assim, com certeza, a classe empresarial terá sucesso. O empresário responsável quer ver este Estado se desenvolver, quer um bem estar do trabalhador. Era isso Senhor Deputado Brito, senhoras e senhores. Permitam-me retirar desta reunião. Obrigado. (Aplausos).

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Deputado Sampaio. Neste momento vamos responder às perguntas formuladas pela platéia que prestigiam a Audiência Pública. O Senhor Edilberto Veras pergunta a Senhora Elielma: Sabemos que o Governo não tem compromisso com a economia. Que motivação leva vocês a pensar em gerar uma economia que tanto faz pelo desenvolvimento do nosso Estado? E que incentivos vocês precisam para alavancar essa economia? A Senhora entendeu a pergunta? Certo.

A Senhora **Elielma Coêlho** – O que nos motiva é perceber que o Estado não tem um projeto de desenvolvimento econômico. Essa é a maior motivação. Outra coisa que nos motiva é conhecer e saber que existem muitas pessoas com potencialidades para desenvolver, para agregar valores no seu produto e não têm os mecanismos. O que nos motiva, também, é saber que, a partir desse trabalho, vamos

melhorar a vida de muitas pessoas. Como o Deputado Gabriel falou, muita gente passa fome no Estado, infelizmente. O que nos motiva, ainda, é saber que se dermos condição de trabalho a essas pessoas, vamos ter uma sociedade diferente, menos pessoas vão estar a merce das dificuldades, porque sem uma alimentação adequada você, consequentemente, vai adoecer. Então, isso leva a uma cadeia de problemas. Outra coisa que nos motiva são as experiências Brasil a fora que realmente mudam a economia, mudam o local, são experiências, mostradas pelas estatísticas de trabalhadores que garantiram seus trabalhos, permaneceram sustentando suas famílias, comunidades tradicionais que conseguem fazer economia sem sair do seu próprio local, que permanecem e desenvolvem. Então, são vários outros motivos que nos motivam a acreditar que as pessoas ainda têm essa sensibilidade de ajudar próximo, isso se chama solidariedade. Nos poderíamos relacionar outros fatores que nos motivam e que nos incentivam? Sim as políticas públicas de Estado que envolvem um conjunto de atores, gestores, entidade de fomento e os próprios empreendimentos. Acho que esse Estado precisa de pessoas que tenham coragem para dar uma sacudida, que digam basta ao assistencialismo, aos curras eleitorais, e a muitas coisas que travam este Estado. São pessoas assim que nós precisamos, mas quem está disposto a fazer isso? Então, são um punhado de mulheres, um ou dois Deputados que são da esquerda, não sei. Esse é um debate muito mais amplo que precisa ser mais discutido. Esse é o primeiro ponto. Precisamos discutir sobre a questão do trabalhador dentro do Estado. Já custamos demais a fazer isso. Então nós temos essa iniciativa.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Respondido Senhor Edilberto? Obrigado. Mais uma pergunta para Dona Elielma, da Senhora Vera: Sei que é uma cultura antiga da Economia Solidária, ela faria parte do Fórum de Cultura de Roraima que anda se reunindo no Palácio da Cultura para formar a PPA para a nova Secretaria de Cultura?

A Senhora **Elielma Coêlho** – A Economia Solidária é um leque de oportunidades e agrega todos os seguimentos. Quando temos um fórum que discute essas políticas, aí agregamos só os Gestores Públicos, os Empreendimentos e as Entidades de apoio, mas, há todo um movimento por trás que apóiam isso. A cultura gera economia, desenvolve pessoas. Então, estamos falando a mesma língua, somos espaços diferentes, mas é a mesma linha de desenvolvimento que gera o trabalho e a transformação das pessoas. Dentro da Economia Solidária existe grupos de cultura que fazem esse trabalho, então, nós não estamos desassociados à cultura. Obrigada.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Elielma. Respondido Vera? Agora uma pergunta da Senhora Vera Aparecida de Souza, do Movimento Negro Núcleo de Estudos Afro-centrado, para a Senhora Graça do Município de Iracema: As populações ou grupos do Movimento Negro do Município de Iracema estão inseridos com algum tipo de produção na Economia Solidária?

A Senhora **Maria da Graça Correá** – Oi Vera, tudo bom! Olha, não tenho esse conhecimento, apesar de que eu moro em Campos Novos, distrito de Iracema, não moro no município de Iracema, por isso, eu não tenho esta articulação, mas, de antemão, já te falo que não. Em Campos Novos nós não temos, é um distrito muito pequeno e nós somos o ponto de referencia de Economia Solidária lá.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Graça. Respondido Vera? Agora uma pergunta do Senhor Edilberto Veras, para a Senhora Meire Joise Almeida Pereira, Professora da UFRR e Coordenadora da Incubadora Tecnológica: Quais os cenários positivos e negativos que se encontram na nossa Economia Solidária do nosso Estado?

A Senhora **Meire Joise Almeida Pereira** – Então, Edilberto, nós que somos da Economia Solidária somos aguerridos, como disse o companheiro. Vou te falar do cenário positivo. Enquanto estivermos juntos e fortalecidos, vamos dar conta de constituir um movimento virtuoso e produtivo, ou seja, se eu tenho como montar cooperativas de transportes, produção, consumo e crédito, se eu constituir o conjunto de atores que envolvem a produção, tenho como gerar ocupação, trabalho e renda localmente. O Deputado estava me perguntando: há alguma coisa na área de turismo? Não, mas pode vir a se constituir. O que precisamos é que esses empreendimentos sejam fomentados a se constituir. Esse é o cenário positivo. Sobre o negativo, penso que as pessoas já trataram de forma diversificada. Se continuar no fomento esse assistencialismo exacerbado, o que se tem é um enfraquecimento do movimento, as pessoas vão se acomodar e a produção some, bem como qualquer outro movimento virtuoso que traga qualquer tipo de coisa boa. Então, a base da Economia Solidária, de todo movimento

nacional, é o trabalho, já disse um autor em 1776, chamado Adam Smit, que “a riqueza de uma nação esta no trabalho do homem. Portanto, é o trabalho do homem que gera riqueza, se fomentarmos isso, com certeza teremos um cenário extraordinário pela frente.”

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Meire. Respondido Senhor Edilberto Veras?

**O Senhor Edilberto Veras** – *(não usou o microfone, portanto ficou inaudível).*

Senhora **Meire Joise Almeida Pereira** – Só contribuindo com o seu discurso, o companheiro falou sobre o Projeto de Lei, a base produtiva tem não só os seus insumos, mas, fundamentalmente, a carga tributária. O que está se trazendo para contribuir nesse debate é justamente isso, como é que esta Casa se manifesta acerca desses incentivos fiscais que precisam existir para a Economia Solidária. Nós enquanto movimento, universidade, UNISOL Brasil local, rede de educação cidadã e empreendimentos, gestores públicos, estamos irmanados nessa perspectiva, mas, existem coisas que não damos conta de fazer que é justamente a questão da legislação. Temos 27 Unidades da Federação, aproximadamente 15 Estados desse País já têm a sua Lei de Economia Solidária. Por exemplo, os Estados do Rio Grande do Sul e a Bahia já conhecem a dinâmica que você esta propondo aqui. Esse momento agora é para fazermos essa provocação, todo o encadeamento, todo o modelo de desenvolvimento econômico passa, também, por aí.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Obrigado Meire pelos seus esclarecimentos. Agora a pergunta do Senhor Valter do PA-União, do Município de Cantá. A pergunta é um pouco fora do contexto, mas é para mim: Qual o projeto que o Senhor tem para desenvolver a Agricultura Familiar, pois sabe que só podemos desmatar 20%, quando só temos 40ha disponíveis para produção, ou seja, 20%, ficariam aí 8ha disponíveis para a produção e 32ha seriam reserva florestal. Hoje temos no nosso Estado praticamente 70% dessas áreas impossibilitadas de produção Deputado. Nós temos as reservas florestais, PPAS, os Parques Ecológicos, ou seja, estamos inviabilizados de produzir. Não podemos mais desmatar, mas acredito na sustentabilidade, no desenvolvimento sustentável, é possível? Eu acredito que é possível. Senhor Valter, veja só, nós só temos duas saídas para o nosso Estado que falei há pouco: setor produtivo forte e pujante, para que possamos, a partir da produção, implantar a industrialização, a comercialização é uma consequência. Por quê? Porque se produzir e industrializar, nós vamos comercializar, agora comercializar produtos nossos, não vamos gerar emprego e renda no Mato Grosso, em Minas Gerais, em São Paulo ou em Santa Catarina, nós vamos gerar emprego e renda aqui. A partir do momento que estivermos produzindo e industrializando, na cadeia produtiva vamos gerar emprego aqui, e renda no setor produtivo, mantendo o homem no campo e produzindo em grande escala. Acredito. A Produção em pequena escala familiar tem que existir? Tem, voltada para o seguimento que vou dizer, mas a agricultura em grande escala é necessária que se implante em nosso Estado, nas áreas que são autorizadas para a produção, que é uma grande área, é pouca percentualmente, mas temos condição de implantar. Portanto, os empregos seriam gerados na economia do setor produtivo. A partir da instalação de indústrias, será gerado emprego no setor secundário, direto nas indústrias e no comércio, onde serão vendidos os produtos industrializados no Estado, o que irá aquecer a economia, pois o dinheiro ficará aqui, circulando, dando assim uma abertura de geração de postos de trabalho enorme, pois, a partir daí, outros segmentos se fortalecerão e junto a isso o turismo. O turismo, como muita gente pensa, é festa, isso é verdade, mas, se faz quando tem dinheiro, mas não estou falando de nós roraimenses fazer turismo, mas proporcionar o turismo. Estive no Amazonas e vejam essa informação: 9% do produto interno bruto do Estado do Amazonas vêm do turismo. Um Senhor chamado Dr. Rita Bernardino nos convidou a conhecer um empreendimento dele chamado Ariau Amazon Towers. É um empreendimento conhecido a nível mundial, onde as coisas são caríssimas e fomos nós para conhecer e nos ofereceram um almoço. Imaginei que fosse um investimento milionário Deputado Gabriel Pincanço. Senhores e senhoras, quando ele nos disse, na conferência, que um só visitante gastou \$160.000,00 (cento e sessenta mil dólares) numa pequena barraca do seu empreendimento! Para chegarmos a esse empreendimento gastamos uma hora e meia de barco. Quando cheguei lá, não havia nada de sofisticado, é um empreendimento rústico, construído com a mão-de-obra dos ribeirinhos, a alimentação vem do próprio rio, como a pesca do peixe feita por eles e, para abastecer o restaurante de verduras e legumes, estas também são plantadas pelos ribeirinhos. Nesse ponto,

entra a agricultura familiar Senhor Valter. A Agricultura Familiar, para atender o turismo em pequenos lotes de 8ha, para atender um hotel desse, dá tranquilamente. A comunidade ribeirinha é toda empregada e depende daquele empreendimento, que possui uma estrutura totalmente rústica e gerou riqueza para o Amazonas, criou divisas e como ele se conhece outros. Vejam só, um só turista movimentou 42 cadeias do segmento produtivo, então, para o nosso Estado, a Agricultura Familiar, Senhor Valter, tem quer ter uma política própria e diferenciada. A Agricultura Familiar é uma agricultura quase de subsistência porque 8ha não dá para comercializar, é muito pouco, mas acredito nesse segmento como o que esta sendo feito no Estado do Amazonas, em toda a rede hoteleira daquele Estado. Em especial, na Comissão Olímpica Brasileira-COB, vi uma abertura para nós, aqui, podermos fechar compromisso com Agricultura Familiar diretamente, para abastecer essa rede hoteleira daqui do nosso Estado, como, também, o Estado do Amazonas, sobre tudo, se produzirmos produtos orgânicos. Temos que pensar em coisas novas, não podemos nos voltar somente para a Agricultura Familiar. Há projeto de políticas públicas voltado para atender esse segmento, mas, ao mesmo tempo, temos que pensar na agricultura industrial. Gente, discurso de político, discurso social só tem que atender a Agricultura Familiar tem só tem que atender a periferia porque há problemas de saúde. Saúde e segurança são direitos fundamentais. Nós temos que atender o setor produtivo como um todo, temos que parar de fomentar a pobreza e fomentar a riqueza. A partir do momento em que há empresários fortes, o Fórum de Economia Solidária se fortalecer. Se mandarmos emendas para os senhores, que montem uma estrutura maior que traga mais gente, que dê entrada de mais pessoas para fazer parte da Economia Solidária. São mais postos de trabalho gerados, são menos pessoas que deixam de vir aqui nesta Casa pedir algo de maneira específica, pois tem que se pedir algo de maneira coletiva. Acredito muito na geração de emprego e renda. Nós temos que fortalecer o pequeno, médio e o grande empresário. Vejam só, se uma empresa pequena gera um, dois ou três empregos, são uma, duas ou três famílias que dependem desses empregos. São postos de trabalho que geram uma economia que fortalece a nossa. Se na média cria dez, vinte ou trinta empregos, são mais famílias beneficiadas. Se as grandes empresas geram cento e cinquenta, duzentos, trezentos postos de trabalho, porque o Estado não fomentar, mas, não existe fomento, existe incentivo, o fomento é para o pequeno e o incentivo é para o grande e para o pequeno, quais seriam os incentivos? Incentivos fiscais como todos os Estados dão e propõem, e não fazer como o Governador do Estado daqui com a tributação fenomenal que criou. Têm uma voracidade em arrecadar recursos do contribuinte como um todo tão grande e da classe empresarial. Temos a maior carga tributária do mundo. E, nesse tempo de enchentes, o Governo sai pedindo caminhões para ajudar a defesa civil, por quê? Porque não tem planejamento. Sai pedindo cesta básica do empresário que esta sendo cobrado com voracidade para pagar impostos. Nós temos que ter um Estado administrado como empresa. O Deputado Gabriel Pincanço falou do Estado do Mato Grosso, que foi governado por um senhor chamado Blairo Majo, grande produtor de soja. Até pouco tempo, ele, sozinho, tinha 250.000 (duzentos e cinquenta mil) hectares de soja, um primo dele, o maior produtor, tem 370.000 (trezentos e setenta mil) hectares de soja plantado no Estado de Mato Grosso. Chega o Governador e diz assim, nós vamos ter esse ano 3.000 (três mil) hectares de soja, se você for dizer isso em Mato Grosso, todo mundo vai sorrir de você. Nós já tivemos aqui 30.000 (trinta mil hectares). Então, a gente tem que produzir em pequena escala, mas também tem que produzir, principalmente, em grande escala, para que esse Estado instale indústria, gere emprego, para que as pessoas possam andar de cabeça erguida e terem a sua dignidade. O poder público tem que procurar as pessoas e não as pessoas procurar o poder público. Quando digo fomentar a riqueza, é abrir postos de trabalho, é deixar que a iniciativa privada trabalhe muito, que as pessoas tenham independência financeira e literária, para que, a partir do momento que isso aconteça, definam em quem vão votar. A classe política instalada no nosso Estado, hoje, que vem de longos anos, tem muito medo disso. Eles fomentam a pobreza, estão num projeto, doutora Meire, de assistencialismo que é muito diferente da assistência social. Você dá o peixe para na época das eleições, dizerem que votam em você, senão, o peixe é cortado. Assistência social é diferente, ele dá o peixe e ensina a pescar, porque quando você aprender a pescar terá sua liberdade, e você passa a atender outra pessoa que não tem ainda como se manter. E assim, vamos chegar no momento em que todas as pessoas aprenderam a pescar e não precisam mais de assistencialismo.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – A grande maioria dos Políticos imaginam que se as pessoas continuarem pobres, sem independência financeira, sem independência intelectual, sem acesso a Educação, a Saúde, pois para você ir ao hospital fazer uma cirurgia, hoje, tem que ter intervenção de um Deputado ou de alguém de influência para ser colocado numa lista de espera, porque as cirurgias estão todos, cortadas, elas serão mais facilmente manipuladas. Sobre o setor Público Municipal, e não só falo de oposição e do Estadual, como é que nós temos a maior carga tributária do mundo, se o maior percentual de repasse de recursos para pessoas e empresários do Poder está no Brasil. Eles dizem que não tem dinheiro, quer dizer, algo está muito errado. O nosso problema não é de arrecadação, é de gestão e, sobre tudo, Senhoras e Senhores, de corrupção. Não é a toa que a classe política, hoje, goza do maior descrédito de todos os seguimentos instalados nesse País. Se você perguntar hoje, quem é mais corrupto no Brasil, menos operante, quem menos trabalha, todos vão dizer que são os políticos. Agora, quero dizer para vocês que como em outros seguimentos há políticos que pisam na bola, mas há políticos que são um show de bola. Estou aqui, Deputado Gabriel, conheço a sua integridade, o seu trabalho, e Deputado Soldado Sampaio, que vocês conhecem muito bem, nós conhecemos, são pessoas que estão aqui com o compromisso de mudar a história deste Estado, sobre tudo, de gerar uma outra matriz econômica para que a gente possa sair desse tão fadado fomento a pobreza e a dependência total do Poder Público. Nós temos que ter do Poder Público nossos direitos fundamentais. Só queremos que o Poder Público desse Estado e de todos os outros do Brasil, devolva em benefício para nós o que nos é tirado todos os meses em Impostos. É essa a mensagem que quero deixar para vocês. Quero dizer que sou solidário, que nós fizemos um Ofício que está passando na mão de todos e, que será assinado por esta Comissão, apoiando as Emendas Modificativas e Supressivas, para que o Fórum de Economia Solidária continue se fortalecendo, permaneça fazendo parte da Secretaria do Ministério do Trabalho. Outras Audiências Públicas podem ser formatadas no sentido de apresentarmos projetos para que possam criar algo aqui que não seja dentro do SEBRAE. O SETRABES, hoje, faz assistencialismo, que faça. Estou propondo aqui criamos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Acabem com umas três ou quatro que estão aí só para gerar empregos, para ser cabide. Como o Secretário de Estado disse esses dias. Há você quer acabar com meu emprego? Eu disse que, a partir do momento que um Secretário de Estado pensa numa Secretaria como um emprego, como vínculo empregatício, ele tem que ser demitido, porque uma Secretaria é algo muito maior, ela tem que ter um projeto de Estado. Aí, concordo com Vossas Excelências, não projeto de Governo, porque no Estado entra outro governante, e ele paralisa. Um projeto de Estado em que sejam obrigados todos os Governantes a dar continuidade, seja ele de oposição ou de situação. Nós nos transformamos num Estado Universitário, pois temos formado muitos jovens que o mercado de trabalho não consegue absorver. Há dez anos nós importávamos profissionais, agora nós vamos exportar-los se não tomarmos uma providência necessária e, diga-se de passagem, urgente, para que o nosso povo consiga ter a sua dignidade. Então, vou responder, se forem somente esses vinte por cento que fica, é muito pouco para produzir. Precisamos repensar numa cadeia produtiva, no sentido do que produzir e para quem, ou seja, que seja um projeto comercial dentro dessa possibilidade. Produzir só em vinte por cento de quarenta hectares, que dá oito, para quem produz é agregar valor a este produto. O produto da Amazônia, hoje, para vocês terem uma idéia, na hora que ele é produzido em qualquer local, custa cinquenta centavos, eles agregam valores e colocam um produto que foi produzido na Região Amazônica, tem um selo de qualidade, e esse produto passa a ser vendido aqui no Brasil a quatro reais e cinquenta centavos, e vai para o exterior a doze, ou seja, *(inaudível)* É preciso uma política para que possamos agregar valor aos produtos na nossa Região, porque todos os

que querem a Amazônia preservada, têm que pagar o preço por esta preservação. Nós não podemos desmatar, pois isso o nosso produto tem que ter outro valor. Eles desmataram lá nos seus Países, acabaram com todas as suas reservas e, agora, querem preservar a nossa, mas nós temos que cobrar um preço, um valor. Eles enriqueceram, são Países de primeiro mundo e, nós estamos aí a duras penas crescendo também, mas temos que cobrar este preço por não desmatar, por ter esta Agricultura sustentável. Isso não é difícil, precisa-se não de vontade, mas de força de vontade Política, porque só a vontade não resolve. E, o nosso Estado de Roraima tem essas potencialidades, a floresta pode ser explorada, desde que os Políticos fomentem esse crescimento econômico, fomentem a riqueza e parem de fomentar a pobreza e de fazer discurso voltado só para o assistencialismo. Nós queremos é dignidade, se todos estão de acordo, nós vamos assinar o Ofício em favor das Emendas Modificativas e Supressivas para que possamos pleitear junto ao Congresso Nacional e entrar em contato com os nossos Parlamentares Federais, que diga-se de passagem foram convidados, os oito Deputados Federais, os três Senadores, o Senador Mozarildo Cavalcante, que mandou seu assessor, o Senhor Antonio Ferreira Mota Neto, e os vinte e quatro Deputados Estaduais, para participarem desta Audiência Pública. Deixo a critério de vocês uma reflexão. Eles deveriam estar aqui para discutirmos, mas vamos encaminhar a cada Deputado a necessidade dessas Emendas. Vamos encaminhar à Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Câmara dos Deputados Federais, apoiando as Emendas. Alguém mais deseja fazer uso da palavra?

**O Senhor Walter de Oliveira** - Nobres Deputados, quero me reportar a questão do encaminhamento, se a mesa puder fazer a leitura do Ofício. Primeiro, para ficar registrado. Segundo, para que todos tenham conhecimento do teor, e aí sim, a partir daí, nós assinaríamos.

**O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** – Informo a todos que este documento é um ato da Comissão, então, será assinado pelos Deputados. A participação dos Senhores constará em Ata, e, posteriormente, os Senhores poderão solicitar por escrito cópia da mesma, onde constará todos os nomes e as falas dos convidados e demais interessados. Neste momento faço a leitura do *Ofício nº 38/II* - Assembléia Legislativa do Estado de Roraima Secretaria Legislativa Gerência de Apoio às Comissões e Assessoramento Parlamentar. Comissão de indústria, comércio e turismo. Ofício nº 058/2011. Palácio Antônio Martins, 06 de junho de 2011. Excelentíssimo Senhor Deputado **Sílvio Costa** (PTB-PE) Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Câmara dos Deputados. Senhor Presidente, Cumprimentando-o, cordialmente, esta Comissão vem, pelo presente, apresentar a Vossa Excelência apoio às Emendas Modificativas e Supressivas apresentadas pelos Parlamentares Luiza Erundina, Padre João e Paulo Rubens Santiago, aos incisos XXI, do art. 29 e inciso II, do art. 2º do Projeto de Lei nº 865/2011, de autoria Poder Executivo Federal, que, “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências”. Outrossim, informamos a Vossa Excelência que a presente manifestação é originária de Audiência Pública ocorrida nesta data, com esta Comissão e representantes das Organizações de Economia Solidária existentes em nosso Estado. Aguardamos a acolhida de Vossa Excelência ao pleito popular que ora representamos, junto ao Parlamento Estadual. Atenciosamente, **Brito Bezerra**, Presidente da Comissão, **Rodrigo Jucá**, Vice-Presidente da Comissão, **Gabriel Picanço**, Membro da Comissão e **Soldado Sampaio**, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. **O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra** - Alguém gostaria de fazer o uso da palavra? Não havendo nenhuma manifestação, declaro encerrada a Audiência Pública.

**Brito Bezerra**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 05/07/11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
 DO ESTADO DE RORAIMA  
**A Força do Povo**